

# PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CARIRI

Foto | Joelmir Pinho

  
Núcleo Dirigente do  
Território da Cidadania do Cariri

**UFCA** UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CARIRI | **OPPTE**  
Núcleo de Extensão em Desenvolvimento  
Territorial | NEDET (MDA/CNPq/UFCA)

 GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria de Desenvolvimento Rural  
Coordenadoria de Desenvolvimento  
Territorial e Combate à Pobreza Rural

## DOCUMENTO FINAL



Governador do Estado Ceará  
**Camilo Sobreira de Santana**

Secretário de Desenvolvimento Agrário do  
Ceará  
**Francisco José Teixeira**

Coordenador da Coordenadoria de Desenvolvimento Territorial e Combate à Pobreza Rural – CODET  
**Eduardo Martins Barbosa**

Secretário Executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural – CEDR  
**Marcos Antônio Vieira de Castro**

## **ELABORAÇÃO**

**Universidade Federal do Cariri - UFCA**  
Observatório de Políticas Públicas para Territórios – OPPTE / Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET

**Colegiado Territorial do Território da Cidadania do Cariri**

## **EQUIPE DE COLSULTORIA**

Antonio Joelmir Pinho

Cícera Mônica da Silva Sousa Martins

Josefa Cícera Martins Alves

Samara Souza Maciel

## **BOLISTA DE EXTENSÃO**

Maria Alane Pereira de Brito



## SUMÁRIO

---

<b>Apresentação</b>	<b>04</b>
<b>Capítulo I   Diagnóstico do Território</b>	<b>06</b>
Cariri: uma terra de signos e lutas	06
Cariri: um Território em construção	11
Desenvolvimento Sustentável do Território	24
<b>Capítulo II   Matriz de objetivos, estratégias e metas</b>	<b>43</b>
Sobre os Eixos de Desenvolvimento	44
Matriz de ações	45
<i><b>EIXO 1   Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva</b></i>	<i><b>45</b></i>
<i><b>EIXO 2   Governança Fundiária e Acesso a Terra</b></i>	<i><b>55</b></i>
<i><b>EIXO 3   Formação Cidadã e Organização Social</b></i>	<i><b>58</b></i>
<i><b>EIXO 4   Infraestrutura e Serviços Públicos</b></i>	<i><b>61</b></i>
<i><b>EIXO 5   Gestão de Recursos Hídricos</b></i>	<i><b>69</b></i>
<b>Capítulo III   Gestão, acompanhamento e monitoramento</b>	<b>73</b>



## APRESENTAÇÃO

---

Desde 2011 o Território da Cidadania do Cariri possuía um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável [PTDRS], elaborado a partir de um amplo diálogo com as diversas forças vivas do Território. Esse processo que teve como principais marcas a construção coletiva e o acolhimento dos múltiplos olhares de várias instituições, organizações, comunidades, grupos e pessoas que fazem pulsar, no dia a dia, a estratégia territorial no Cariri cearense.

Passados cinco anos, fazia-se necessário pensarmos a requalificação do nosso PTDRS, de modo a aproximá-lo das novas oportunidades e desafios que se apresentam para o Cariri e de repensarmos novas saídas para os velhos dilemas, ainda não superados por razões diversas.

Uma questão central tinha relação com a necessidade de ampliarmos o diálogo que conduziu à integração entre os Cariris urbano e rural, a partir da reconceitualização de ruralidade e de uma perspectiva mais alargada de Território e de Sustentabilidade. O desafio passou a ser, então, construirmos, coletivamente, o **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável** que pautará as Políticas Públicas no Cariri ao longo dos próximos oito anos, embora a própria ideia de “desenvolvimento sustentável” represente um debate teórico-conceitual não esgotado.

A partir dos aprendizados da experiência anterior, buscamos elaborar um Plano que, ao mesmo tempo, se apresente ousado e exequível, amplo e objetivo. Mas sobretudo, procuramos construir um instrumento conectado às múltiplas realidades do Território, capaz de reconhecer e fortalecer o papel das instituições e organizações com atuação no mesmo, a urgência da construção de redes e a centralidade política da atuação cidadã das comunidades e das pessoas para que o Cariri se afirme como lugar do bom viver e do exercício pleno da cidadania, expressão maior da democracia.

Assim, temos a alegria de lhes apresentar esse **Documento Final** que é resultado da nossa caminhada coletiva de requalificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Cariri. Foram quase dez meses de atividades, três oficinas microterritoriais, quatro plenárias ampliadas do Colegiado Territorial e muitas horas de atividades internas da equipe de assessoria, entremeadas por reuniões com o núcleo dirigente do Território e grupos de trabalho específicos.

O documento do Plano está constituído de três partes. Na primeira é apresentado um breve diagnóstico do Território do Cariri, abordando seu histórico, caracterização, desafios e potencialidades para a construção de uma perspectiva de território sustentável no Cariri cearense.

A segunda parte do documento, mais densa, com maior volume de páginas, apresenta a matriz de objetivos, estratégias e metas para um horizonte temporal de oito anos, a partir de cinco eixos estratégicos, apresentados mais à frente. E por último, no capítulo 3, são trazidas algumas propostas de instrumentos e estratégias de gestão, acompanhamento e monitoramento do PTDS.





Para a construção da primeira versão desse documento tomamos por referência cinco outros, a saber: [i] Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário; [ii] Plano Plurianual do Governo do Estado do Ceará para período de 2016 a 2019 (Anexo IV - Demonstrativo de Diretrizes Regionais e Programas); [iii] Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Cariri, elaborado em 2011; [iv] Relatório da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (etapa Territorial Cariri), realizada em junho de 2013; e [v] Relatório da 2ª Conferência Nacional de ATER (etapa Territorial Cariri), realizada em dezembro de 2015.

A nossa jornada coletiva começou com uma Plenária Territorial para apresentação do documento básico e da proposta metodológica do processo de requalificação do Plano. Uma vez pactuada a metodologia com todas as pessoas presentes à primeira plenária, acontecida no dia 11 de outubro de 2016, no SEST SENAT, na cidade do Crato, passamos a dar ampla divulgação à mesma para que o maior número possível de pessoas se juntasse a nós na caminhada.

Vale ressaltar que nesse percurso contamos com a parceria da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará [SDA], que assessorou o processo de requalificação ou de elaboração dos Planos nos diversos Territórios do Ceará, e assegurou boa parte da logística básica para que as ações de requalificação do Plano acontecessem.

Também cumpriram papel decisivo o Núcleo Dirigente e o Colegiado do então Território da Cidadania do Cariri, seja através da contribuição ao processo de aprimoramento do documento básico, seja na difícil missão de mobilizar energias para os vários diálogos que tivemos ao longo de nossa jornada, seja colaborando de forma mais direta e próxima com a equipe do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET). O mesmo está vinculado ao Observatório de Políticas Públicas para Territórios da Universidade Federal do Cariri, a quem coube a tarefa de assessorar tecnicamente as diversas etapas de requalificação do PTDS Cariri, a começar pela escrita do Documento Básico.

Colocamos aqui nossas melhores energias. Esse documento é, pois, o resultado de nossos erros e acertos. Mas sobretudo, é o melhor que nossa humanidade pôde parir no curto espaço de tempo que tivemos para sua produção. O convite agora é para nos unirmos em torno da nossa melhor causa: o sonho de um Cariri justo, fraterno e solidário.

A transformação das propostas aqui apresentadas em ações concretas dependerá, sobretudo, da nossa capacidade de mobilizar energias e vontades políticas, colocando aquilo que nos une, que nos aproxima, acima das possíveis e eventuais diferenças. Afinal, como nos ensina o poeta: “Não somos melhores, nem piores. Melhor é a nossa causa”.



Foto | Joelmir Pinho

# **CAPÍTULO I**

## **DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO**



## 1. Cariri: uma terra de signos e lutas

---

*Para além de seus recortes físicos, de suas demarcações geográficas, o Cariri se afirma por saberes, fazeres e memórias de um Ceará mítico.*

[Cariry, 2008]<sup>1</sup>

As terras localizadas no sopé da Chapada do Araripe eram habitadas pelos índios Kariri, antes da chegada dos portugueses no interior brasileiro durante o século XVII. Os integrantes das caravanas militares e religiosas mantiveram os primeiros contatos com os nativos, estudaram toda a região do Cariri, como chamavam o território do Cariri anteriormente, catequizaram os indígenas e os agruparam em aldeamentos ou missões.

Os resultados desses contatos e “descobrimentos” desencadearam notícias de que na região tinha ouro em abundância, ocasionando uma verdadeira corrida para os sertões brasileiros. Famílias oriundas de Portugal, sonhando com as riquezas de terras inexploradas e movidos pela esperança de encontrar o minério que as levariam a aumentar o seu patrimônio material e seu prestígio pessoal com a corte portuguesa, acorreram ao Cariri em grande quantidade.

A busca do metal precioso nas ribanceiras do Rio Salgado trouxe para a região do Cariri a colonização, e como consequência a doação de sesmarias, o que permitiu o surgimento de lugarejos e vilas, que mais tarde se tornaram municípios, cada um com um processo distinto de formação.

Rosemberg Cariry escreveu que a região do Cariri cearense é um oásis, o verde coração do semiárido nordestino. Ele lembra que, embora seja uma terra de farturas e de portentos,

*Sua história revela a tragédia do processo civilizatório sertanejo no destino de um povo - os Cariri (Kariri ou Quiriri) - que se fundiu na carne e na alma dos seus inimigos: fazendeiros, criadores de gados, agricultores e vaqueiros oriundos de Sergipe, de Pernambuco e da Bahia. Ao Cariri cearense, centro geográfico com equidistância para as principais capitais do Nordeste, desde meados do século XVII até os dias de hoje, continuam a chegar multidões sertanejas, em um fluxo constante, atraídas pela fertilidade e pela sagração do território como espaço mítico.*

[Cariry, 2008]

---

<sup>1</sup> Em artigo do cineasta e escritor Rosemberg Cariry, publicado no Jornal DIÁRIO DO NORDESTE, em 30/11/2008 (Caderno 3). Filósofo de formação, cineasta por vocação, Antonio Rosemberg de Moura, de nome artístico Rosemberg Cariry, nasceu em Farias Brito/CE, no ano de 1953. Um texto mais completo de Rosemberg Cariry sobre o mesmo tema encontra-se disponível no sítio do cantor e compositor caririense Geraldo Júnior [www.geraldujunior.com.br/o-cariri].



Em que pese os processos distintos de formação a que nos referimos anteriormente, é possível perceber aspectos comuns por meio da história dos municípios pertencentes ao Território. Basicamente, as cidades formaram-se ao redor de fazendas de gado e de propriedades religiosas doadas por donos de terras para a construção de igrejas. A formação histórica da região é marcada principalmente pelo desenvolvimento a partir da pecuária e do comércio estabelecido por conta dela. Muitos dos municípios faziam parte de outros maiores e se desmembraram posteriormente, principalmente a partir de Milagres e Porteiras, de onde é possível verificar a relação entre eles. As comunidades religiosas tinham também o objetivo de catequizar os índios moradores da região, de forma que a Igreja Católica pode ser também uma fonte de documentos históricos sobre o território.

Contudo, mesmo diante da violência do processo de invasão e colonização, o Cariri guarda elementos místicos e míticos que remontam aos seus primeiros habitantes. Sobre isso Rosemberg Kariry escreve:

*Para os índios que habitavam a região, o vale do Cariri cearense já era “território sagrado”, bem antes que os primeiros colonizadores católicos chegassem para a conquista, a posse e o saque. Foi em defesa dessa terra da fertilidade e da fartura, onde se situava também o “espaço mítico”, que os índios Cariri fizeram guerras contra os invasores brancos e mestiços colonizadores e, bem antes, contra as tribos dos sertões que, empurradas pela escassez de víveres e pelas secas periódicas, tentavam se estabelecer na região. Índios, negros e mestiços do Nordeste já conheciam o Cariri cearense como “terra da fertilidade”, como “chão sagrado”, bem antes das pregações do padre Ibiapina e de Antônio Conselheiro, do milagre da beata Maria de Araújo e da fama do padre Cícero. O “caldo mítico” original foi propício à fecundação e eclosão dos futuros movimentos religiosos e crenças messiânicas populares. Os expulsos do “Paraíso” sonhavam com o retorno.*

[Kariry, 2008]

Hoje, muitos pesquisadores ainda tentam identificar comunidades indígenas, objetivando resgatar a memória desses povos no Território do Cariri. Porém, por processo de auto reconhecimento, foi identificada apenas uma comunidade de remanescentes de índios, sendo estes descendentes da tribo Kariri, composta por 50 famílias e localizada acerca de 25 quilômetros do município de Crato, no Sítio Poço Dantas.

Essa comunidade ainda mantém hábitos semelhantes aos de seus ancestrais. Eles vivem da pesca tradicional no Açude Thomás Osterne e da agricultura de subsistência, sendo que o milho continua como base da alimentação. Produzem também objetos de cipó (cestos e balaios), utensílios de barro (potes e panelas) e remédios tradicionais utilizados em seu dia-a-dia, muitos destes derivados da imburana, da quina-quina, do alecrim, da malva-corama, da erva cidreira, entre outras espécies.





A história do Cariri cearense é marcada por lutas e processos históricos de resistência, com destaque para o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, movimento messiânico liderado pelo beato José Lourenço, que entre a segunda metade da década de 1920 e os anos de 1930 constitui-se numa experiência de comunidade autogestionária instalada no sítio Caldeirão, no município do Crato.

A comunidade prosperou graças, dentre outras coisas, ao trabalho comunitário e ao espírito de solidariedade presente entre seus moradores, convertendo-se, rapidamente, em ameaça aos poderosos da época, entre os quais se incluíam: fazendeiros que perdiam mão de obra barata e super explorada para o trabalho livre no Caldeirão; a igreja, que via na liderança de Lourenço, fortemente conectada à fé popular, uma ameaça a seus dogmas e ao poder central a partir de Roma; e os governos, que enxergavam na experiência do Caldeirão uma nova Canudos e o risco de desobediência civil, com forte ameaça ao controle do Estado sob a vida dos cidadãos, o que resultaria no enfraquecimento do poder das elites.

A comunidade do Caldeirão, que chegou a ter mais de mil habitantes, foi dizimada em 1937, por um ataque aéreo perpetrado pelo exército brasileiro e a polícia militar do Ceará. Dessa chacina resultaram 400 mortos, nas contas oficiais, embora esse número seja questionado até hoje. Alguns historiadores apontam números superiores aos dados do governo.

Em 1991 as terras do Caldeirão voltaram a ser ocupadas, dessa vez por famílias sem-terra lideradas pelo Movimento Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST]. Da iniciativa resultou o Assentamento 10 de Abril, localizado no município do Crato, onde vivem atualmente 48 famílias.

4 - sem terra junho/91

---

## Ceará Apoio reforça resistência


**Crato (ST)** - As 100 famílias de sem terra que ocuparam a fazenda Caldeirão, em abril, estão agora acampadas no parque de exposições desta cidade. Elas acompanham as negociações com o governador, que prometeu uma solução imediata. Uma equipe do instituto de desenvolvimento agrário procura uma área apropriada na região. Está em estudo a fazenda Gerais, 800 hectares, vizinha da Caldeirão, para o assentamento.

**Reação se articula**

A Caldeirão é suposta propriedade dos Teles, representados por Expedito Teles. Vinte prefeitos do Cariri assinaram carta contra a ocupação. Para Ailton Soares, do MST, a fazenda é "uma terra improdutiva que precisa ser, outra vez, dos trabalhadores".

Os fazendeiros também reclamam da ocupação do parque, receiam pela saúde dos seus boizinhos, a serem expostos em julho no local; afirmam que os sem terra podem trazer cólera.

*Joelmir Pinho*



Votação do estatuto, CE, abril.

**Resposta do MST**

Antonio Pereira, da coordenação nacional do Movimento, denunciou a campanha da associação dos latifundiários como justificativa da repressão contra os lavradores. Ele contrapôs a isso, a solidariedade da população, que através de sindicatos, entidades, estudantes, arrecadam alimentos para as famílias acampadas.

**Fazenda Bargado**

Outras 100 famílias entraram em abril nessa área localizada entre os municípios de Tamboril e Tabosa, no Cariri. São 2.245 hectares, desapropriados desde 1989. O proprietário aceitou a desapropriação. O Incra pisou no freio e ameaça as famílias com a polícia federal.

Antonio Pereira repudia esta posição "a reforma agrária é um problema social. O Estado existe para resolver os problemas que o próprio sistema cria".

**Caldeirão**

São 900 hectares, que fazem parte da área ocupada por 3 milromeiros nordestinos, no início do século. As famílias, oriundas do RN, PE, AL, PI, PB e CE, eram lideradas pelo beato Lourenço e o alagoano Severino Tavares. O crescimento da organização dos camponeses assustou a oligarquia latifundiária, que temia outra Canudos. O exército bombardeou e destruiu Caldeirão, em 1937. (*Joelmir Pinho*)

**Juntar forças para cooperar**

**Madalena (ST)** - José Bastos, presidente da cooperativa do assentamento 25 de Maio, neste município, afirma que o sistema cooperativista se fortalece no estado. A organização inclui agora a Coopagua, em Monsenhor Tabosa e a Coopaglan, de Itarema, CPAs criadas em abril. A Coopaglan, Lagoa do Mineiro, tem 195 sócios.

Um encontro com 40 técnicos simpatizantes do sistema, se realizou em abril, na universidade de Fortaleza, capital do estado.

**Bispos apoiam**

Em 15 de maio, a regional nordeste da CNBB divulgou nota de apoio aos trabalhadores cearenses, na greve convocada contra o governo "damos nosso firme apoio, em consciência a insustentável conjuntura a que chegamos". Assina o padre Inácio Neutzling, do setor pastoral social.

Imagem de matéria veiculada na edição 104 do Jornal Sem Terra, em junho de 1991



Como afirma Rosemberg, “a cultura cabocla-cariri é, sobretudo, uma cultura generosa, pois nascida da violência e da exclusão se fez encontro e reciprocidade; crescida no múltiplo se fez síntese e, novamente, se afirmou na diversidade”.

Uma das principais características do Território Cariri é sua riqueza e efervescência cultural, especialmente em relação à cultura popular tradicional. Voltemos a Rosemberg Cariry, que com sua narrativa preenche de poesia nos diz:

*Como expressão dessa cultura, temos as histórias escritas com sangue nas areias do deserto e adivinhadas em versos pelos cegos rabequeiros; as formas de vida modeladas no barro e revitalizadas pelo sopro da beleza; o coração dos homens que, habitando a terra bruta, se faz terno ao ser ferido pelos espinhos da poesia mais agreste; um mundo de realidades sonhadas nos contrastes das xilogravuras que ilustram os milagres e maravilhas da literatura de cordel; o dom dos mil ritmos nas canções dos cantadores ambulantes; os pastoris e caboclinhos cheios de graça e de luz; o encanto dos reisados de Congo e de bailes com suas fitas coloridas e espelhos que refletem o sol; as romarias como caminhos iniciáticos - festas de prazeres e ritos de penitências.*

[Cariry, 2008]

Desde 2009 o Cariri possui uma Região Metropolitana, instituída pela Lei Estadual 78, de 26 de junho daquele ano. A RMC é constituída pelo agrupamento dos municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri. Juntos, esses nove municípios somam 5.025,70 km<sup>2</sup>, onde vivem 564.577 habitantes (IBGE/Censo Demográfico 2010). A taxa de urbanização média da RMC é de 78,81% com variações de 33,70% (Jardim) a 96,07% (Juazeiro do Norte). Ao mesmo tempo, a densidade demográfica da Região é de 112 hab./km<sup>2</sup>, ficando Santana do Cariri com a menor densidade (22,35 hab./km<sup>2</sup>) e Juazeiro do Norte com a maior densidade (1006,91 hab./km<sup>2</sup>).

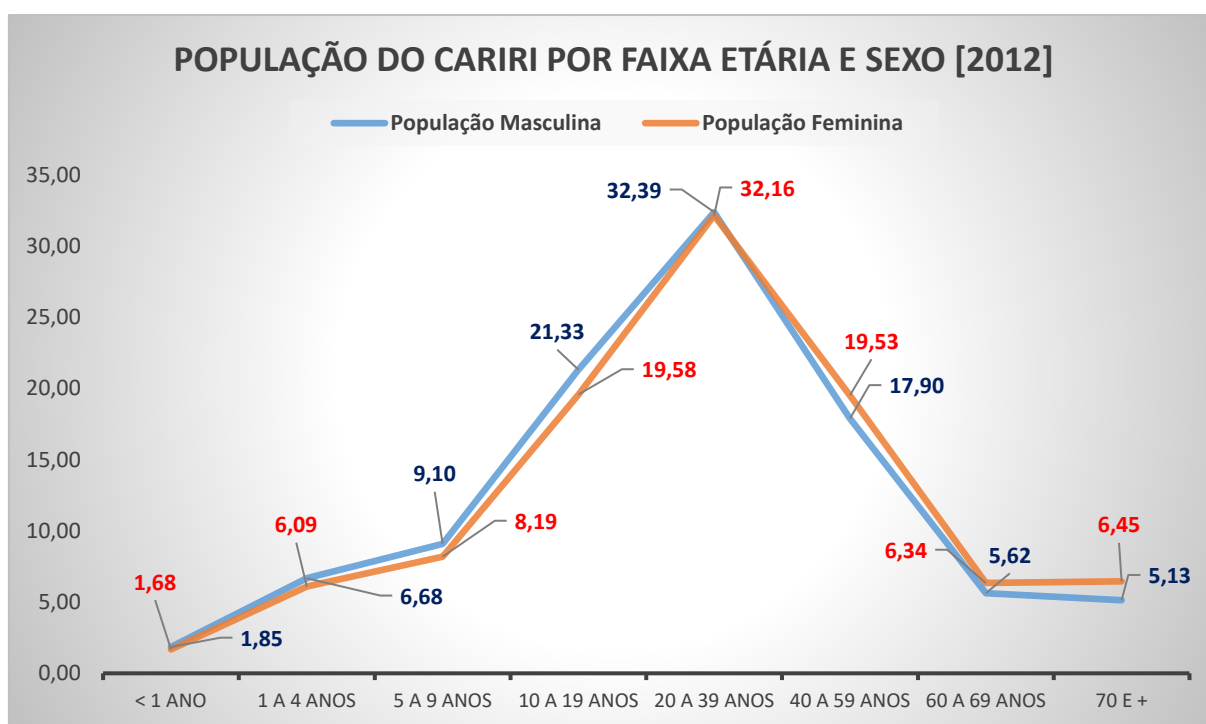
É desse caldeirão de origens diversas, costumes, crenças e modos de vida que se faz o Território do Cariri que, durante alguns anos integrou o Programa Territórios da Cidadania, de iniciativa do Governo Federal, através do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, período em que a ideia de Território ganhou força e passou a ocupar a agenda de diálogos de representantes de instituições públicas, de universidades e de organizações da sociedade civil caririense, em que pese os altos e baixos que marcaram esse percurso de quase uma década.



## 2. Cariri: um Território em construção

### 2.1. Caracterização geral

O Cariri cearense reúne vinte e nove municípios que juntos somam 17.390,30 km<sup>2</sup>, com uma população estimada em 1.009.678 para 2016. A taxa de urbanização média dos municípios do Cariri é de 69,45% com variações de 29,45% (Tarrafas) a 96,07% (Juazeiro do Norte). A densidade demográfica da Região é de 53,48 hab./km<sup>2</sup>, ficando Potengi com a menor densidade (9,99 hab./km<sup>2</sup>) e Juazeiro do Norte com a maior densidade (1.005,39 hab./km<sup>2</sup>). Os dados são do IBGE (Censo 2010 e estimativa populacional para 2016), disponíveis no “Perfil das Regiões de Planejamento. Cariri. 2016”, publicado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará [IPECE]. O gráfico a seguir apresenta a distribuição percentual da população do Cariri cearense, por faixa etária e sexo, com base em dados da Secretaria de Saúde do Ceará. Os dados se referem ao ano de 2012.



**Fonte:** Cadernos de Informação em Saúde. Secretaria de Saúde do Ceará. 2016.

Como pode ser visto, quase um terço da população do Território se encontra na faixa etária de 20 a 39 anos, seguido dos extratos populacionais de 10 a 19 e de 40 a 59 anos de idade. Quando somamos esses três extratos, eles representam 71% da população total.

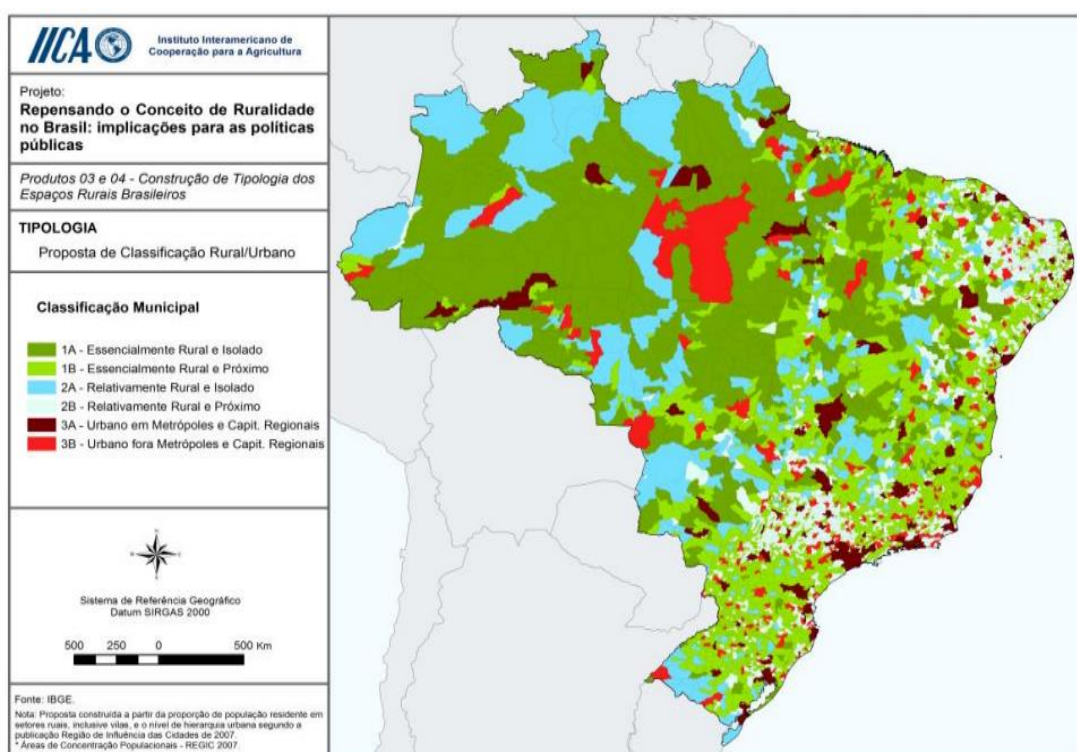
No conjunto da população do Cariri, 48,42% são do sexo masculino, enquanto 51,58% são do sexo feminino, acompanhando de perto as tendências nacional e estadual. Contudo, a tradicional classificação populacional por sexo (masculino ou feminino) não é capaz de dar conta da diversidade de gênero presente no Cariri cearense. A ausência de informações estatísticas nesse campo, apontam para a necessidade de realização de um amplo mapeamento de gênero e a decorrente definição de políticas públicas específicas para cada segmento/gênero.



Nove municípios integram a Região Metropolitana do Cariri [RMC], criada pela Lei Estadual 78, de 26 de junho de 2009. Além de Juazeiro do Norte, município, com mais de 250 mil habitantes, que desempenha o papel de núcleo metropolitano, integram a RMC os municípios de Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririaçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri. Juntos, os nove municípios somam 5.025,70 km<sup>2</sup>, onde vivem 564.577 habitantes (IBGE/Censo Demográfico 2010).

Acerca da taxa de urbanização, vale ressaltar que estudo realizado pela equipe do projeto “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas” (IICA, 2014), propõe uma nova classificação dos municípios brasileiros.

O mapa a seguir, elaborado pelos autores do referido estudo, retrata o novo dimensionamento proposto para o rural brasileiro, com o verde retratando os municípios essencialmente rurais e o azul os municípios relativamente rurais, o que acaba atestando a importância do Brasil rural.



Fonte: IICA, 2015.

O estudo teve como principal objetivo a construção de uma tipologia atualizada dos espaços rurais do Brasil, tomando por base os avanços conceituais da temática da ruralidade e territorialidade desenvolvidos no âmbito da academia, de entidades governamentais gestoras de políticas agrárias e dos movimentos sociais. Foram definidas seis classes: essencialmente rural “isolado”, essencialmente rural “próximo”, relativamente rural “próximo”, relativamente rural “isolado”, urbano exceto metrôpoles e capitais regionais e urbano em metrôpoles e capitais regionais. De acordo com esse estudo:

*Quando se associa a população recenseada em 2010 a cada classe proposta pela equipe, se constata que o Brasil rural abriga 37% dos brasileiros. Pelo critério da lei*





*que orienta o IBGE no momento do Censo, apenas 18% dos brasileiros seriam rurais, ou seja, mais do dobro da população estimada pelo Censo Demográfico. Fica, assim, claro, que o país é muito mais rural do que se pensa.*

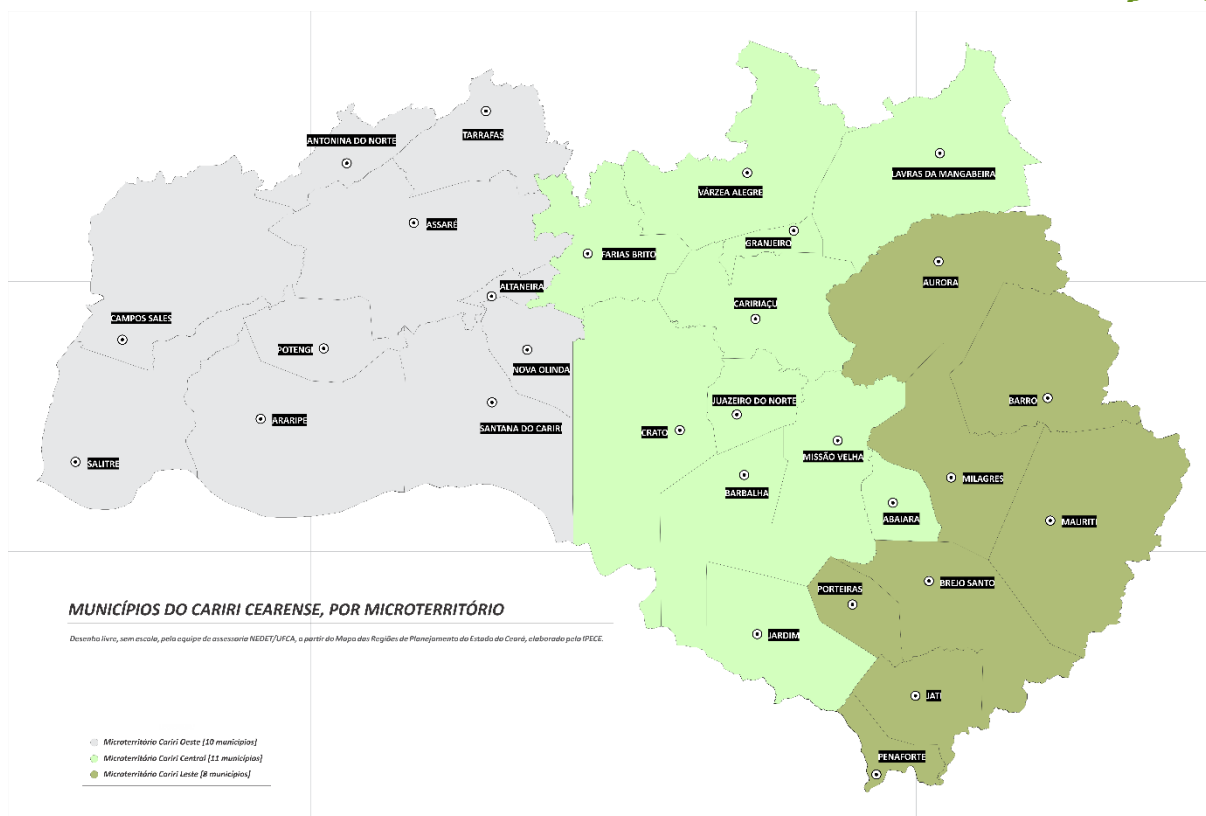
*[IICA, 2014, p 7]*

Se tomarmos por base esse novo cenário e considerando o perfil dos 29 municípios do Cariri cearense, podemos concluir que o Cariri rural conta uma população bem superior aos atuais 30,55% reconhecidos oficialmente com base nos dados do IBGE.

Voltando aos dados do IBGE nos anos de 2005 e 2012, disponíveis em *Perfil Básico Regional 2012 - Macrorregião Cariri/Centro Sul* (IPECE. 2012), no tocante à taxa média geométrica de crescimento anual vamos observar que em alguns municípios do Cariri ocorreu um decréscimo da população. É o caso de Granjeiro (-3,02%), Farias Brito (-2,18%), Porteiras (-0,99%) e Caririaçu (-1,05%), apenas para citar os quatro com maiores decréscimos demográficos.

Os fatores que contribuíram para esse cenário podem estar relacionados tanto a processos migratórios de dentro para fora, quanto à redução expressiva das taxas de natalidade e aumento superior das taxas de mortalidade. Contudo, sem uma maior investigação desse fenômeno, não podemos atribuir esta ou aquela causa ao mesmo, que pode assumir origem multicausal.

Embora de forma extraoficial, o Território do Cariri está subdividido em três microterritórios: Cariri Central, Cariri Leste e Cariri Oeste, conforme se vê no mapa a seguir. Não se trata de um mero recorte geográfico, já que cada um desses microterritórios apresenta características físicas, culturais, econômicas e sociais distintas, embora comportem também um conjunto de fatores aglutinadores que, ao cabo de uma análise mais detalhada, permitem a construção da unidade Cariri, em meio à diversidade própria de cada microterritório.



O microterritório Cariri Central, com uma área de aproximadamente 6.036 km<sup>2</sup>, onde vivem cerca de 617.701 habitantes, é formado pelos municípios de Abaiara, Barbalha, Caririçu, Crato, Farias Brito, Grangeiro, Jardim, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Missão Velha e Várzea Alegre. Já o microterritório Cariri Leste, que possui uma área de aproximadamente 4.637 km<sup>2</sup>, onde vivem 194.776 habitantes, compreende os municípios de Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Milagres, Penaforte e Porteiras.

O microterritório Cariri Oeste conta com uma área de aproximadamente 7.316 km<sup>2</sup> e uma população de 149.541 habitantes, sendo formado pelos municípios de Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas.

Com 30,55% da população do Território do Cariri vivendo no campo, segundo dados do IBGE, e uma estrutura fundiária composta predominantemente por pequenas propriedades, a agricultura familiar ocupa papel de destaque na economia local e é fonte de renda para mais de 52 mil famílias, conforme revelam os dados do Censo da Agricultura Familiar 2006 (IBGE).

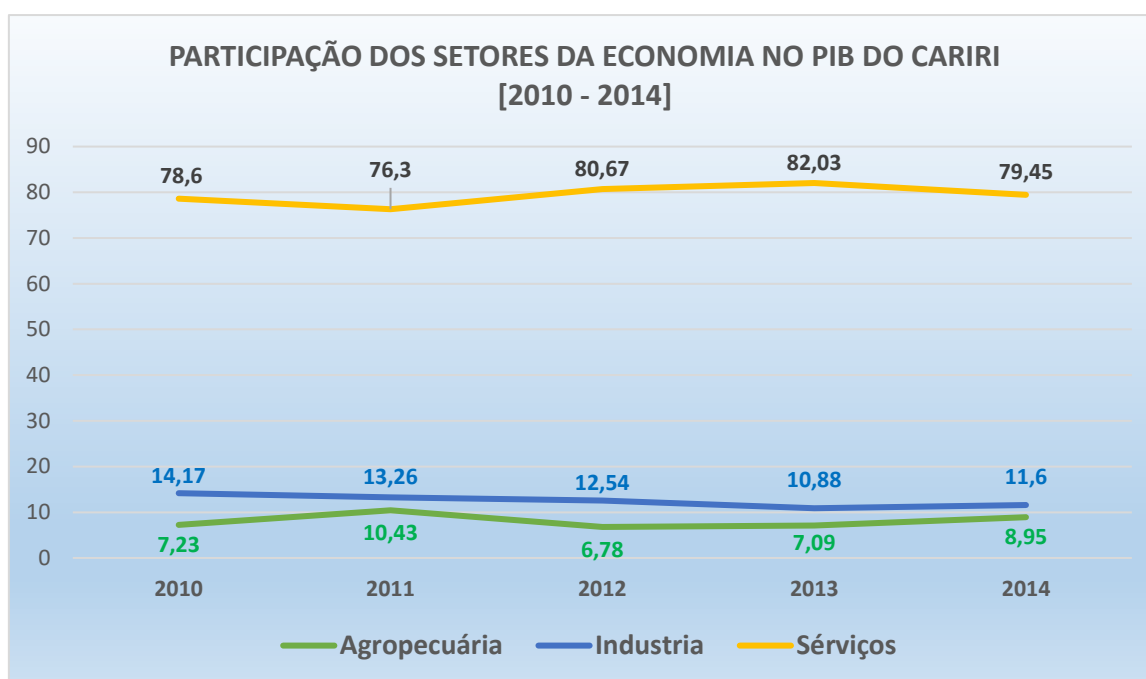
Nos últimos anos, com as constantes frustrações de safra, em decorrência da escassez de chuvas e dos prolongados períodos de estiagem, esse papel da agricultura familiar na economia local tem se fragilizado.

Com isso, as populações rurais locais passam a depender cada vez mais dos programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, ou da ajuda de parentes que migraram para outras regiões em busca de trabalho.



Contudo, também é possível verificar algumas experiências pontuais de convivência com o semiárido que têm se revelado bastante exitosas. Essas experiências são, na maioria dos casos, estimuladas e apoiadas por organizações da sociedade civil que atuam no Território e serviram de inspiração para a construção de matriz de objetivos, estratégias e metas do presente Plano Territorial.

Ademais, a economia da Região tem apresentado um significativo crescimento ao longo dos últimos anos, conforme revelam os dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará [IPECE]. O gráfico a seguir apresenta a participação percentual dos setores da economia no Produto Interno Bruto [PIB] do Cariri entre 2010 e 2014, com base no valor adicionado a preços básicos.



**Fonte:** Panorama Socioeconômico das Regiões de Planejamento do Estado do Ceará. IPECE, 2017

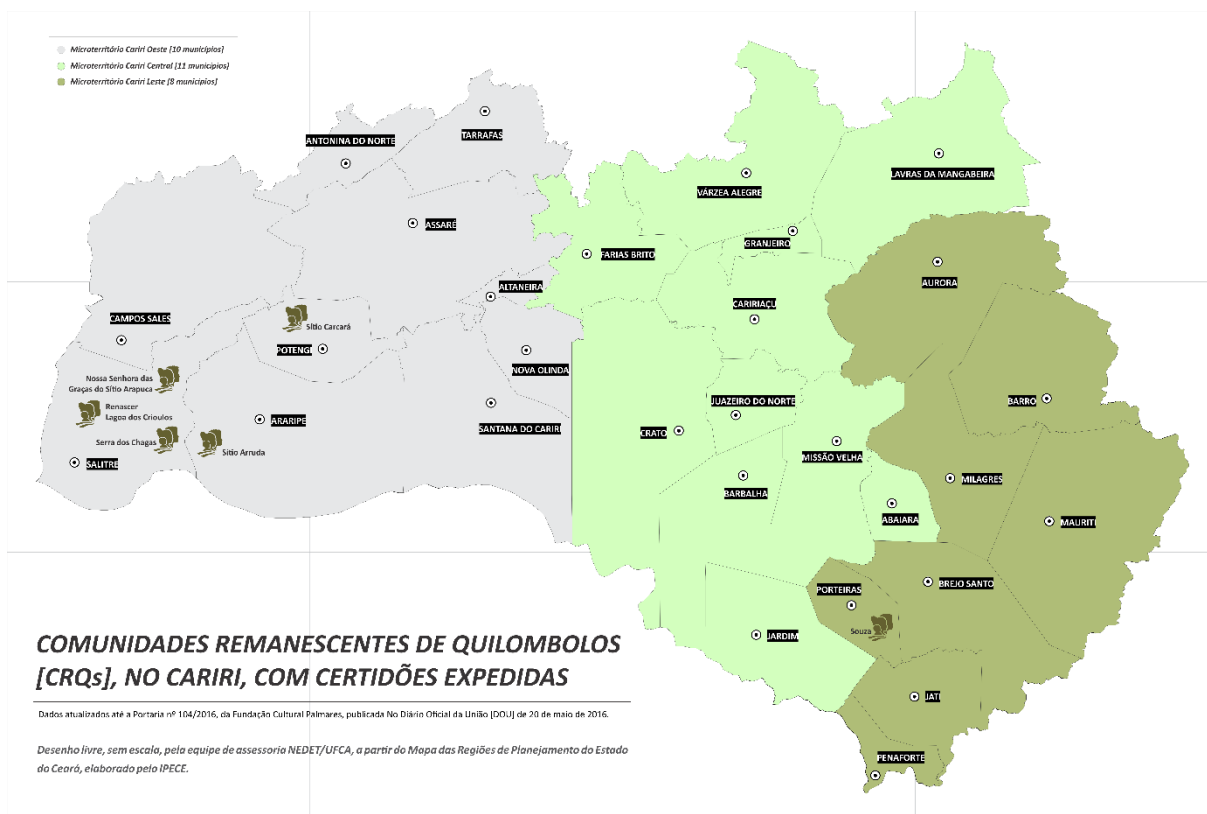
O PIB *per capita* na média dos municípios do Cariri saltou de R\$ 2.255,68 em 2005<sup>2</sup> para R\$ 10.111,00 em 2014. Contudo, em 2010 o percentual de domicílios particulares permanentes do Território com rendimento nominal mensal domiciliar igual ou inferior a ½ salário mínimo era de 59,02%, o que confirma que não podemos tomar apenas o Produto Interno Bruto, isoladamente, se quisermos compreender melhor a economia da Região e a qualidade de vida de sua população.

Exemplo disso é o município de Salitre, que possui o sexto melhor PIB *per capita* da Região, mas é, ao mesmo tempo, o município caririense com pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nele estão localizadas três das 46 Comunidades Remanescentes de Quilombos [CRQs] do Ceará, segundo dados da Fundação Cultural Palmares. Em todo o Território existem seis CRQs já certificadas: Souza, em Porteiras; Sítio Carcará, em Potengi; Sítio Arruda, em Araripe; e Nossa Senhora das Graças do Sítio

<sup>2</sup> Os dados de 2005 não incluem o município de Lavras da Mangabeira.



Arapuca, Renascer Lagoa dos Crioulos e Serra dos Chagas, em Salitre. A distribuição espacial dessas comunidades pode ser vista no mapa abaixo.



Além das CRQs já reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, um estudo realizado pela Caritas Diocesana do Crato e o Grupo de Valorização Negra do Cariri [GRUNEC], que resultou no Mapeamento das Comunidades Negras e Quilombolas do Cariri Cearense, publicado em 2011, identificou a existência de várias Comunidades Rurais Negras, entendidas como “agrupamentos localizados na zona rural, identificados pelos demais membros da sociedade local como uma comunidade formada essencialmente por pessoas de cor negra”, de acordo com os autores do estudo já mencionado.

*A relação da comunidade rural negra/quilombola com seu território é um dado de suma importância para sua própria existência e sua relação de cooperação interna. De fato, verificam-se nas mais diversas comunidades visitadas pelo projeto de mapeamento uma relação de profunda integração do homem e seu entorno, pois ali encontram sua comida, seus remédios, seus locais de devoção.*

*(Caritas/Grunec, 2011, p 10)*

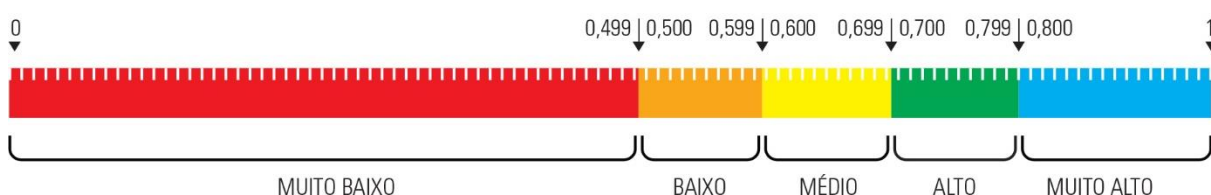




## 2.2. Um olhar sobre o Desenvolvimento Humano no Cariri

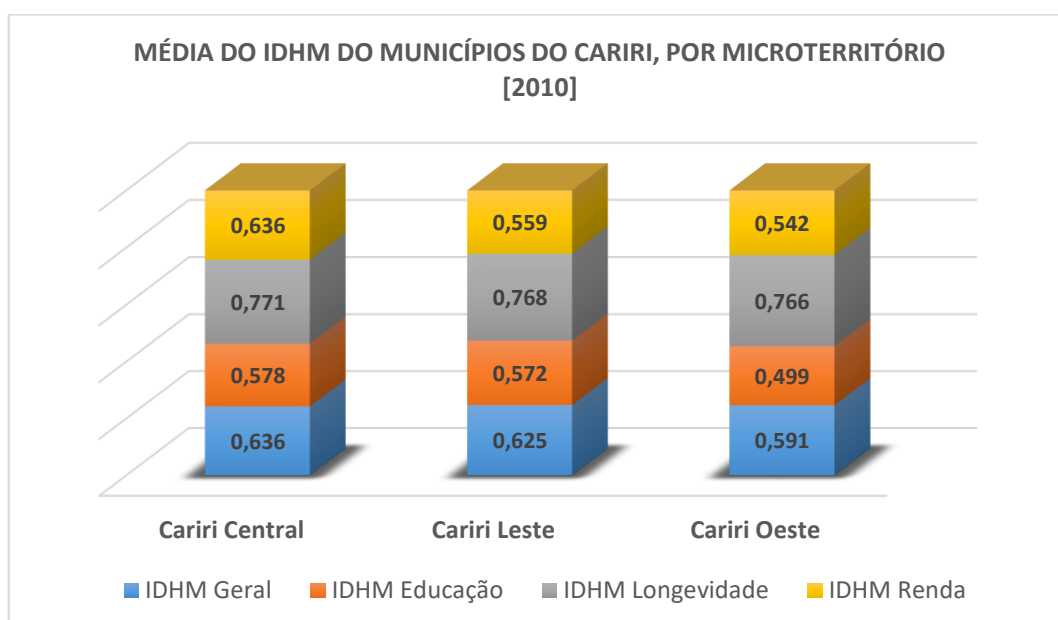
Em 2012, o PNUD<sup>3</sup> Brasil, o Ipea<sup>4</sup> e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros. O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda –, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Em certa medida, o IDHM populariza o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, e não a visão de que desenvolvimento se limita a crescimento econômico medido, por exemplo, pelo PIB.

O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH. As faixas de Desenvolvimento Humano Municipal estão indicadas na figura abaixo.



Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/>

O gráfico seguinte apresenta o IDHM médio dos 29 municípios do Cariri cearense, agrupados por microterritórios: Cariri Central, Cariri Leste e Cariri Oeste.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano. PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro. 2012.

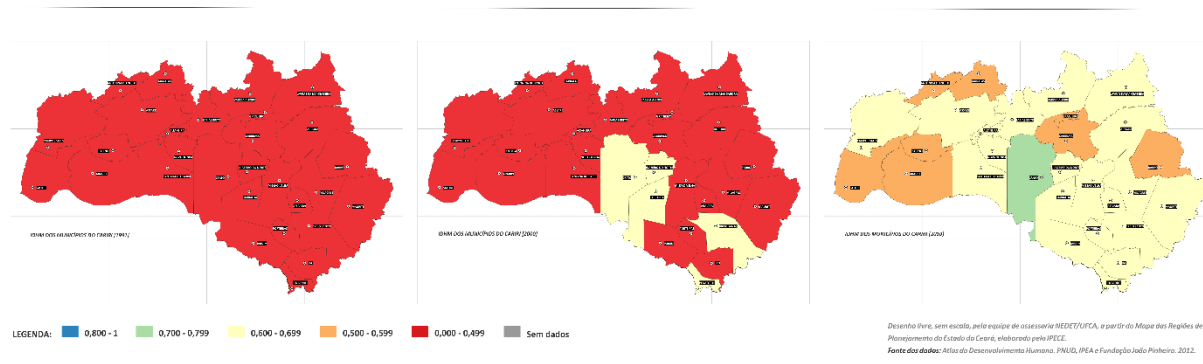
<sup>3</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

<sup>4</sup> Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas



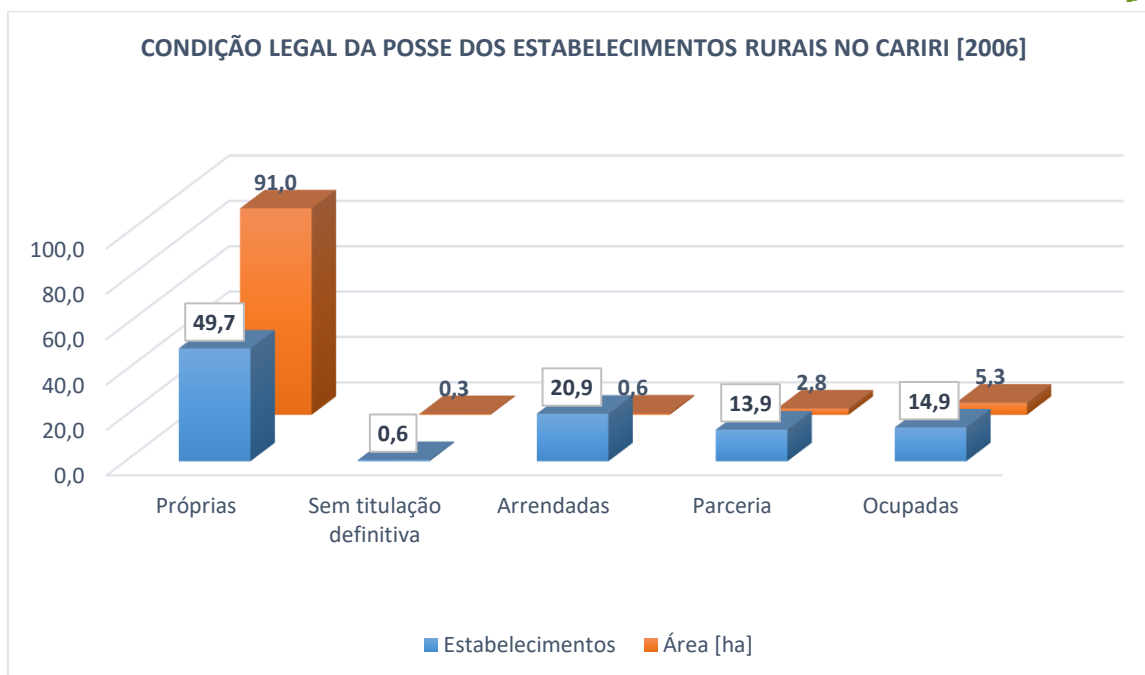
Como pode ser visto, na média dos municípios dos três microterritórios, a dimensão “longevidade” é a que empurra para cima o IDHM geral, enquanto a dimensão “educação” é o que apresenta desempenho menos satisfatório. Note-se também que, enquanto os microterritórios Cariri Central e Cariri Leste estavam, em 2010, na faixa de Desenvolvimento Humano Municipal considerado médio (0,600 a 0,699), o Cariri Oeste encontrava-se, naquele mesmo ano, na faixa de DHM considerado baixo (0,500 a 0,599), embora bem próximo da mudança para a faixa de médio desenvolvimento.

Por outro lado, é importante destacar que o IDHM dos municípios do Cariri cearense têm apresentado considerável evolução quando tomamos por base os dados de 1991, 2000 e 2010. A sequência de mapas apresentada a seguir confirma essa leitura, mostrando que saímos da condição total de IDHM muito baixo (000 a 0,499) em 1991 para a prevalência, em grande escala, da condição de IDHM médio (0,600 a 0,699) em 2010.



### 2.3. Acesso à terra

Embora a falta de acesso à terra seja questão recorrente na fala de muitos moradores de comunidades rurais do Cariri cearense e de representantes de organizações da sociedade civil, tanto nas atividades do Território do Cariri, quanto em outros espaços públicos, a exemplo do Fórum de Comunidades Rurais do Cariri Oeste, não há ainda uma base de dados atualizada que permita mensurar e melhor avaliar a estrutura fundiária do Território. O gráfico a seguir apresenta a condição legal da posse dos imóveis rurais do Cariri cearense, considerando o número de estabelecimentos e a área total de cada categoria, com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006, portanto, com defasagem de mais de uma década.



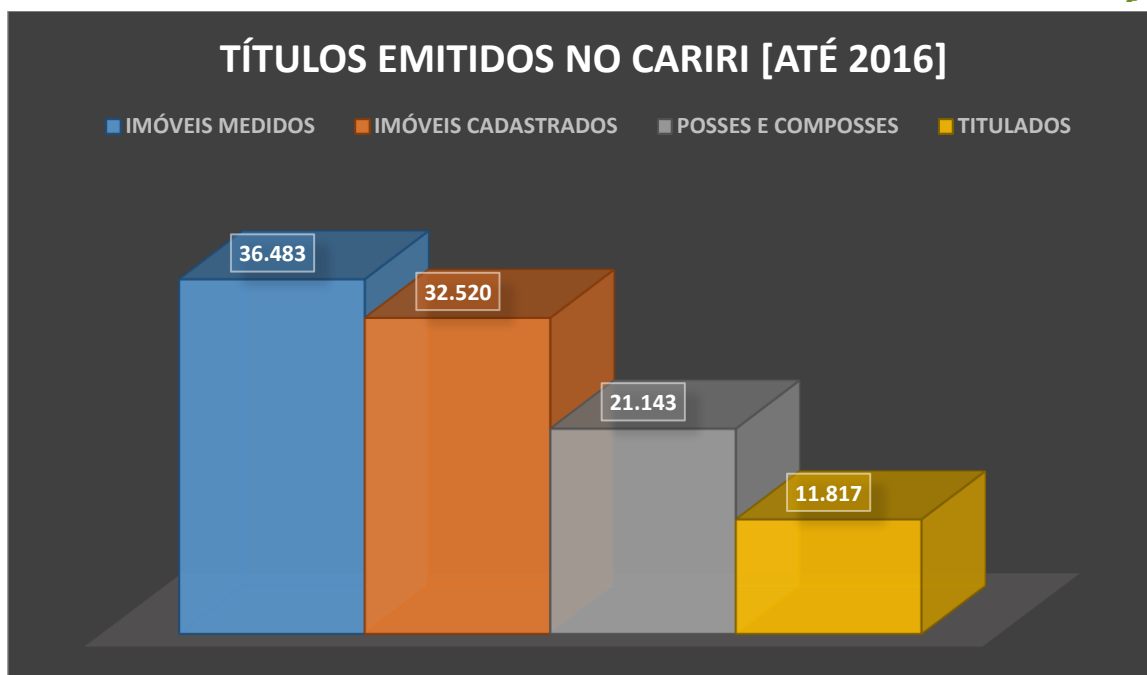
**Fonte:** IBGE. Censo Agropecuário 2006.

Como vemos, os estabelecimentos próprios representam menos da metade do total, mas ocupam mais de 90% da área rural do Cariri, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006. Por outro lado, a soma dos estabelecimentos sem titulação definitiva, arrendados, em parceria e ocupados, representa mais da metade do total, embora a área ocupada por eles seja inferior a 10% da área total.

Uma informação importante, à qual não tivemos acesso na fase de coleta de dados para o presente PTDS, refere-se à distribuição dos estabelecimentos rurais do Cariri de acordo com os intervalos de tamanho das áreas, o que permitiria avaliar o grau concentração ou distribuição da posse das terras.

Nesse cenário, ainda que de forma empírica, pode-se afirmar que a falta de acesso à terra tem, dentre outras questões, relação direta com processos migratórios campo-cidade e com as constantes idas e vindas de parcela da população, na maioria homens jovens, para outras regiões do país em busca de trabalho sazonal.

Desde 2004 o Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), órgão do Governo do Estado responsável pela política fundiária e vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), executa o Programa de Cadastro Georreferenciado de Imóveis Rurais e Regularização Fundiária do Governo do Estado. Nesse contexto, o título de propriedade rural é o produto final do Programa, que vem sendo desenvolvido em parceria com o Governo Federal, através da Secretaria do Reordenamento Agrário (do extinto MDA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O próximo gráfico apresenta o cenário do processo de emissão e entrega de títulos no Cariri, dentro das ações do Programa de Cadastro Georreferenciado de Imóveis Rurais e Regularização Fundiária do Governo do Estado, de acordo com dados do IDACE.

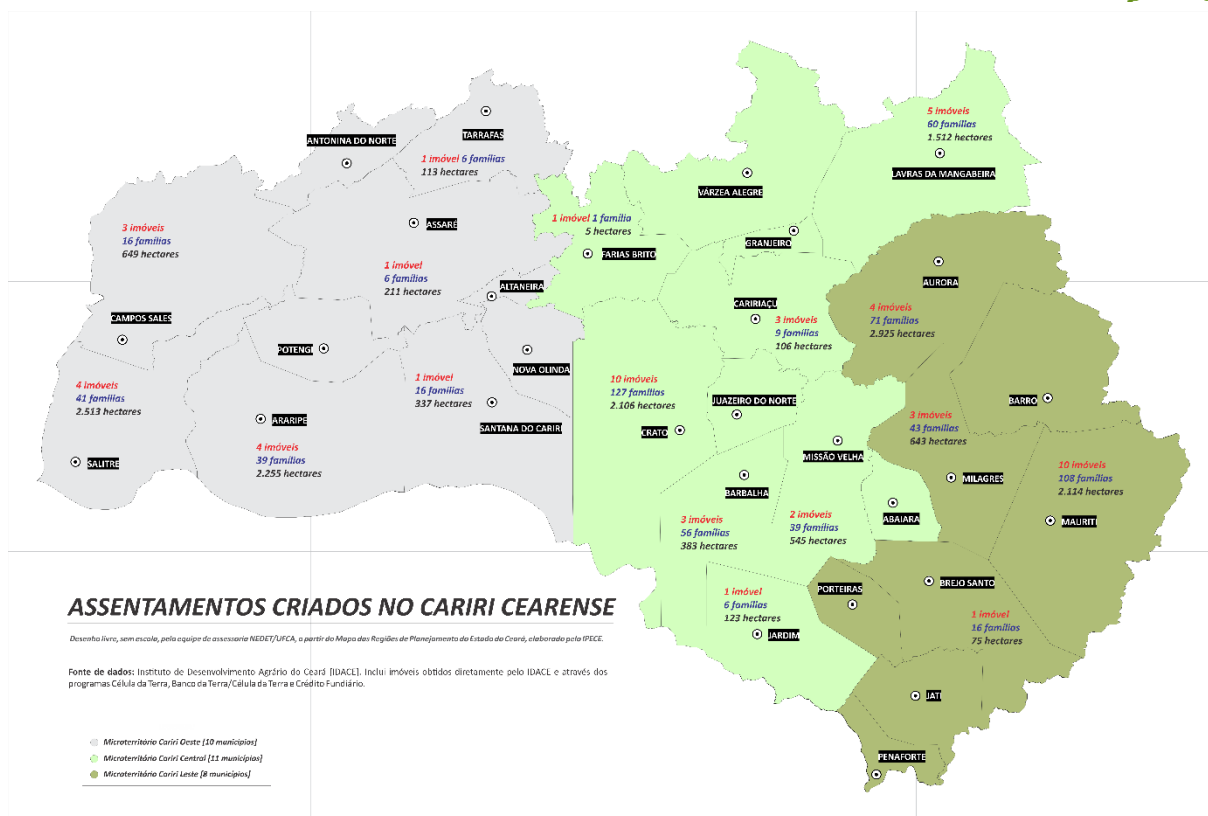


**Fonte:** IDACE

Dos 11.817 títulos emitidos nos 29 municípios do Cariri cearense, 86,26% deles já foram entregues aos seus detentores e os 13,74% restantes estão em poder das prefeituras municipais ou no arquivo, pronto para entrega.

O Território conta, atualmente, com 57 Projetos de Assentamento criados, dos quais 2 foram adquiridos pelo IDACE (arrecadação direta), 2 resultaram do Programa Célula da Terra, 8 foram adquiridos através do Banco da Terra/Cédula da Terra e 45 através de Crédito Fundiário. No total, 660 famílias são beneficiárias de programas ou iniciativas de acesso à terra no Cariri, ocupando uma área de 16.681 hectares. O mapa a seguir mostra a distribuição espacial desses imóveis no Território.





Essas informações, embora de fonte oficial, carecem de confirmação, já que dados de outras fontes, a exemplo da “Relação dos imóveis financiados através do PNCF – 2000-2016”, disponibilizada pela UTE/MDA em relatório de 4 de julho de 2016, apresentam dados divergentes.

#### 2.4. Enquanto as cidades para todos e todas não chegam

Dentre os novos temas contemplados pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODS), instituídos pela Organização das Nações Unidas (ONU), um dos mais destacáveis talvez seja a adoção de um objetivo relativo às cidades. Trata-se do objetivo 11, enunciado nos seguintes termos: “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. Essa formulação pode parecer insignificante, mas não o é, tendo em conta tanto as problemáticas ligadas à urbanização quanto o papel das cidades – e daqueles que são responsáveis pela administração destas – na implementação de políticas de desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, durante o processo de construção da Constituição de 1988, um movimento multissetorial e de abrangência nacional lutou para incluir no texto constitucional instrumentos que levassem à instauração da função social da cidade e da propriedade no processo de construção das cidades.

Como resultado dessa luta, pela primeira vez na história, a Constituição incluiu um capítulo específico para a política urbana, que previa uma série de instrumentos para a garantia, no âmbito de cada município, do direito à cidade, da defesa da função social da cidade e da propriedade e da democratização da gestão urbana (artigos 182 e 183).



Em 10 de julho de 2001 foi sancionada a lei 10.257 - Estatuto da Cidade, fechando um ciclo de mais de dez anos de discussão e trazendo muitas inovações capazes de apontar um futuro melhor para nossas cidades, a partir de um conjunto de princípios e uma série de instrumentos que, como a própria denominação define, são os meios para atingir as finalidades desejadas, ou seja, a construção de cidades sustentáveis e democráticas.

Trata-se então da regulamentação do instrumental urbanístico para garantir o uso social da cidade e da propriedade urbana. Esse instrumental - agora disponível às municipalidades para a construção de cidades mais justas, igualitárias, democráticas e cidadãs - fortalece a necessidade de um planejamento sistemático e integrado, construído a partir de um modelo mais participativo de gestão urbana.

Embora seja de conhecimento público que alguns municípios do Cariri já possuem Plano Diretor Participativo [PDP], seja pelo fato de contarem com população superior 20 mil habitantes, seja por estarem inseridos em área de impacto de projetos estruturantes, a exemplo daqueles inseridos na rota do “Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”, não existe, ou pelo menos não se tem conhecimento público, da sistematização dessas informações, de modo a permitir o rápido conhecimento sobre quais municípios do Cariri já elaboraram seus PDPs e em que contexto e tempo se deu esse processo.

O Estatuto da Cidade é a lei federal de desenvolvimento urbano exigida constitucionalmente, que regulamenta os instrumentos de política urbana que devem ser aplicados pela União, Estados e especialmente pelos Municípios. Responde de forma propositiva a este desafio de reconstrução da ordem urbanística, sob novos princípios, com novos métodos e concepções e novas ferramentas.

Entretanto, decorrida uma década e meia de vigência do Estatuto da Cidade é preciso saber qual o cenário presente nos municípios do nosso Território e, de modo especial, nas nove cidades da Região Metropolitana do Cariri. De que forma o poder público e a sociedade desses municípios estão reagindo a esse marco regulatório e a esta proposta de modelo de desenvolvimento urbano? Até que ponto os instrumentos preconizados no Estatuto da Cidade estão sendo usados pelos governos locais como mecanismos para assegurar as tão desejadas cidades para todos?

A busca de respostas a estas e outras questões estão presentes no Plano de Ações desse PTDS, como uma forma de colaboração ao início de um amplo diálogo sobre o presente e o futuro das cidades do Cariri cearense, começando por seu núcleo metropolitano, a partir do olhar atento e cuidadoso sobre os quatro eixos e os dois conceitos centrais indicados no tópico 3 do presente capítulo.

Atualmente, encontra-se em fase de gestação a iniciativa da Secretaria das Cidades do Estado do Ceará que objetiva a elaboração participativa do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado do Cariri [PDUI], instrumento previsto no Estatuto da MetrÓpole [Lei 13.089/2015] que cria uma porta de entrada, no marco legal, para que as cidades metropolitanas se articulem na gestão de funções públicas



de interesse comum, como o serviço de transporte coletivo metropolitano, coleta e destinação final de resíduos sólidos e saneamento, por exemplo.

Será fundamental assegurar o diálogo estreito entre o presente PTDS e o processo de elaboração e gestão do PDUI dos nove municípios que integram a Região Metropolitana do Cariri, como forma de garantir a integração e complementariedade de ações e, por conseguinte, potencializar resultados, otimizar esforços institucionais e o uso de recursos públicos.

### **2.5. O porvir**

Em que pese os avanços pontuais verificados na última década, o Cariri cearense ainda convive com indicadores que revelam a persistência de um cenário de exclusão social e política, fortemente vinculado ao modelo de desenvolvimento econômico concentrador de renda e riqueza e ao braço curto do Estado quando o assunto é a garantia dos direitos fundamentais do cidadão. Trata-se, pois, de um Território em construção.

Assim, se o Cariri que temos ainda não é aquele sonhado por seus filhos naturais e adotivos, resta-nos somar esforços e canalizar energias na direção da construção do Território que queremos, tendo como ponto de partida a reflexão e a proposição coletivas, o que se buscou ao longo dos meses de construção do presente Plano, embora esse percurso não tenha se iniciado agora e nem se encerre com a entrega do documento.

Pelo contrário, a estrada é longa e o porvir dependerá, sobretudo, da nossa capacidade coletiva de mirar um novo horizonte, encarando de frente os desafios que nos estão postos e construindo sinergias que nos permitam aproveitar melhor todas as nossas múltiplas potencialidades, sem a ilusão de que, como num passe de mágica, todos os nossos males serão removidos, agora que temos um Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável elaborado.

Será preciso construirmos redes de cooperação e solidariedade e espaços institucionais capazes de dar concretude aos objetivos, estratégias e metas eleitos no presente PTDS. Esse é o convite para um porvir radicalmente sustentável.



### 3. Desenvolvimento Sustentável do Território

---

Aqui trataremos de identificar os principais desafios e as potencialidades para a construção do “desenvolvimento sustentável” do Território do Cariri cearense, a partir de quatro dimensões: a econômica, a sociocultural e educacional, a ambiental e a político-institucional.

Essas dimensões foram adotadas em vários documentos sobre desenvolvimento territorial produzidos pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e estão presentes de modo mais explícito no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Cariri publicado em 2011.

Antes, porém, será fundamental tratarmos de dois conceitos com os quais passaremos a dialogar ao longo das páginas que se seguem. O primeiro refere-se à própria concepção de território, enquanto a segunda diz respeito à compreensão de desenvolvimento sustentável adotada para orientar a construção de propostas que integram, sobretudo, o segundo capítulo do presente Plano **Territorial de Desenvolvimento Sustentável**.

De modo geral, duas matrizes de pensamento têm pautado os diálogos sobre território nas últimas décadas, em todo o mundo. De um lado, a percepção de território como lugar de identidade, como espaço simbólico de relações sociais e políticas, como campo de disputa ideológica e identitária e, por decorrência, também de reafirmação de velhas ou construção de novas formas de poder. Do outro lado, a ideia de território como unidade de planejamento, recorte geográfico sobre o qual se atuará na implementação de políticas públicas, programas e projetos, predominantemente de origem estatal, ainda que não exclusivamente.

Como nos lembra FERNANDES<sup>5</sup> (2009), “o território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas por transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais”.

Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades. Nesse contexto, tanto o conceito de território quanto os territórios passam a ser disputados. Temos então disputas territoriais nos planos material e imaterial.

(FERNANDES, 2009, p 200)

De nossa parte, acreditamos ser possível e necessário aproximar essas duas compreensões de território, de modo a possibilitar que, a partir do reconhecimento da dimensão simbólica e do acolhimento e valorização dos signos que fazem único cada lugar, se planeje as ações de curto, médio e longo prazo,

---

<sup>5</sup> Bernardo Mançano FERNANDES. Sobre a Tipologia de Territórios. In Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos. Marcos Aurelio Saquet e Eliseu Savério Sposito (organizadores). 1ª edição. Editora Expressão Popular São Paulo – 2009.



que contribuirão, de forma efetiva, para a melhoria da qualidade de vida das populações locais, ancoradas numa perspectiva de território que reconheça, valorize e evidencie os modos de vida das comunidades locais, se afastando de qualquer tendência à imposição cultural ou a adoção de práticas colonizadoras.

O conceito de **desenvolvimento sustentável** mais difundido mundialmente é aquele estabelecido em 1987, no Relatório da Comissão de Bruntland, que afirma tratar-se de um processo que “busca satisfazer as necessidades e aspirações do presente, sem comprometer a possibilidade de gerações futuras para atender as suas necessidades”. Contrariando a perspectiva antropocêntrica ainda presente no conceito de Bruntland, no final dos anos de 1990, ao escrever sobre “A sustentabilidade do desenvolvimento local”, Carlos Julio Jara afirmava que:

O desenvolvimento sustentável refere-se aos processos de mudança sócio-política, socioeconômica e institucional que visam assegurar a satisfação das necessidades básicas da população e a equidade social, tanto no presente quanto no futuro, promovendo oportunidades de bem-estar econômico que, além do mais, sejam compatíveis com as circunstâncias ecológicas de longo prazo.

(JARA, 1998, p 34)

Continuando nosso diálogo com JARA (1998), para ele “o conceito de desenvolvimento sustentável tem dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais, o que necessariamente traduz várias preocupações”:

Com o presente e o futuro das pessoas; com a produção e o consumo de bens e serviços; com as necessidades básicas de subsistência; com os recursos naturais e o equilíbrio ecossistêmico; com as práticas decisórias e a distribuição do poder e com os valores pessoais e a cultura. O conceito é abrangente e integral e, necessariamente, distinto, quando aplicado às diversas formações sociais e realidades históricas.

(JARA, 1998, p 35)

Embora o debate sobre o conceito e as práticas de desenvolvimento sustentável seja bem amplo e plural, tomaremos por base as contribuições de Carlos Jara para referenciar a compreensão de desenvolvimento que guiará nossos diálogos, bem como a construção de propostas para o presente Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Cariri cearense para os próximos oito anos. Vale ressaltar que, em contribuições mais recentes, o próprio Carlos Jara coloca em xeque a ideia de “desenvolvimento sustentável”, argumentando tratar-se de conceitos antagônicos. Nesse direção, em setembro de 2017, durante participação na 5ª Semana Freiriana do Cariri, evento nacional realizado pela Escola de Políticas Públicas e Cidadania Ativa, Jara discutiu “o mito do (des)envolvimento e a urgência de uma nova epistemologia, que envolve o despertar espiritual”.



Nas próximas páginas serão apresentados alguns aspectos relacionados às potencialidades e desafios para o desenvolvimento sustentável do Cariri cearense, a partir de quatro dimensões: econômica, sociocultural e educacional, ambiental e político institucional.

### **3.1. Dimensão Econômica**

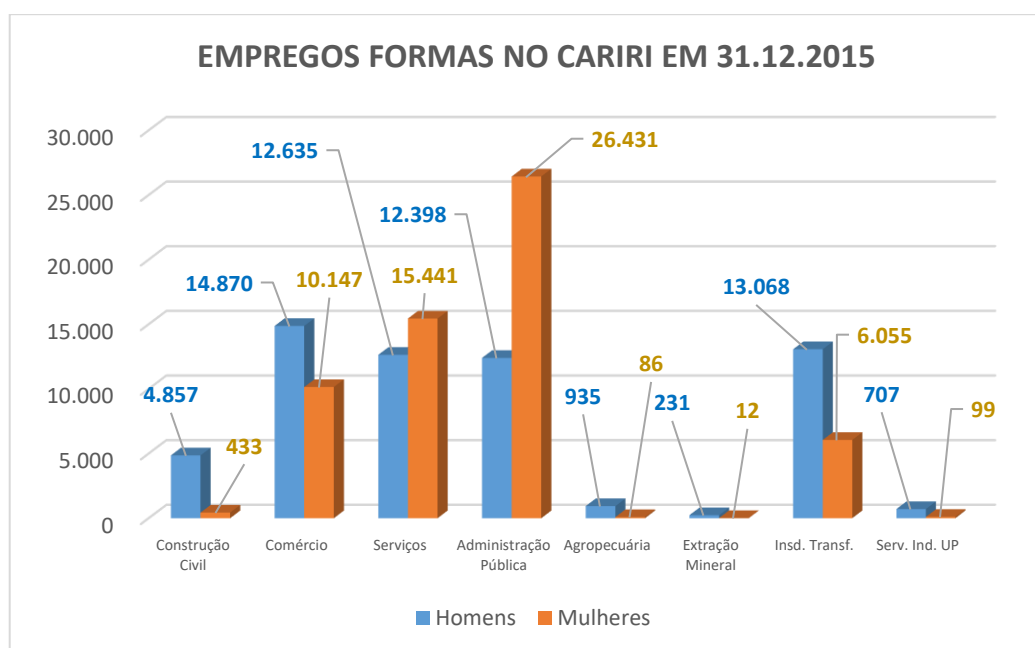
A diversidade do Cariri cearense está presente também em sua economia. De um lado, pulsa uma economia rural com características bem distintas, de acordo com cada microterritório, indo desde a pecuária de leite e a fruticultura irrigada no Cariri Leste, passando pelo extrativismo e a agroindústria no Cariri Central, até chegar na mandiocultura do Cariri Oeste, fonte de subsistência de centenas de famílias, ao lado de várias outras culturas. Em todos eles, a agricultura de base familiar, com várias experiências de produção orgânica e alguns ensaios importantes de agroecologia, associadas a diversas outras atividades dessa nova ruralidade, confirmam que uma economia rural sustentável é possível e vem se afirmando paulatinamente.

Ao mesmo tempo, a economia urbana se divide entre o comércio intenso, notadamente nas cidades polo como Juazeiro do Norte, Barbalha, Crato, Campos Sales e Brejo Santo, a cultura das feiras, ainda muito presente nos municípios do Cariri, e as atividades industriais, distribuídas em diversos setores.

Segundo a publicação “Panorama Socioeconômico das Regiões de Planejamento do Estado do Ceará” [IPECE, 2017], o Ceará ainda guarda uma antiga característica de concentração de empregos formais na capital e seu entorno. Os dados de 2015 revelam que 69,81% dos empregos formais cearenses estão concentrados na Grande Fortaleza, com o Cariri aparecendo em segundo lugar, com 7,67% do total.

Enquanto em 2010 o Cariri apresentou um crescimento do número de empregos formais da ordem de 3.493 novas vagas, em 2015 registrou-se um decréscimo que resultou na perda de 2.207 postos de trabalho. Esse comportamento pode ter relação direta com a crise econômica que vem afetando o Brasil e se acentuou em 2015. O gráfico seguinte registra o número de empregos formais na soma dos 29 municípios do Cariri em 31 de dezembro de 2015.





**Fonte |** MTPS - Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda

O gráfico revela que a Administração Pública é o principal empregador formal do Cariri cearense, com quase 40 mil empregos. Mesmo quando somamos os quatro subsetores do setor industrial – construção civil, extração mineral, indústria de transformação e serviços industriais de utilidade pública [Serv. Ind. UP] – temos cerca de 25 mil empregos, número seguido de perto pelos setores de comércio e serviços. Bem longe disso, estão os empregos formais na agropecuária, da ordem de apenas mil postos de trabalho, embora se saiba que a mão de obra ocupada no setor é bem superior a esse número o que evidencia a existência de relações de trabalho informal na agropecuária. Vale destacar que dos 19.123 empregos formais na indústria de transformação do Cariri, 89,8% estão concentrados nos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

Ao mesmo tempo, é fácil identificar nos dados apresentados a reafirmação da velha divisão do trabalho com base na condição de gênero, sendo prevalente em grande escala a presença de homens em setores como construção civil, extração mineral, agropecuária e serviços industriais de utilidade pública, a exemplo dos serviços de eletrificação.

Por outro lado, a diversidade da economia do Cariri, já referida anteriormente no início desse tópico, apresenta para os municípios do Território a possibilidade de desenvolver um conjunto de políticas de geração de renda pautadas no reconhecimento e valorização do potencial endógeno de cada lugar, reduzindo a adesão a um modelo industrial que pouco ou em nada dialoga com o conceito de desenvolvimento sustentável pactuado no presente Plano.

A chamada economia criativa também tem seu espaço assegurado no Cariri cearense, especialmente através do artesanato, das artes (em suas múltiplas expressões e formas) e do turismo, seja ele rural, ecológico, religioso, histórico ou científico.



São relevantes, também, os projetos e as ações turísticas voltadas para a gestão, construção de centros de interpretação do patrimônio geológico, e melhorias ambientais dos geosítios do Geopark Araripe e o Projeto Cidades do Ceará, onde no Cariri dentre as atividades desenvolvidas destaca-se os arranjos produtivos locais de calçado e do turismo.

Desde 2014 o Cariri conta com um Centro de Convenções, localizado às margens da CE 292, entre os municípios de Crato e Juazeiro do Norte. O equipamento possui 4.950,68 m<sup>2</sup> de área construída, em um terreno de 27.803,35 m<sup>2</sup>. Conta com um auditório para 600 pessoas e outros três, com 160 lugares cada, além de quatro salas multiuso, estacionamento com 208 vagas e espaços externos cobertos para exposições.

Contudo, desde sua inauguração o Centro de Convenções do Cariri vem apresentando uma utilização abaixo do seu potencial, em parte, devido aos elevados custos de utilização do equipamento, o que tem dificultado o acesso por parte do setor privado, especialmente organizações da sociedade civil, que não conseguem arcar com esses custos.

No meio rural, um dos principais desafios dessa dimensão refere-se à insuficiência dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) prestados à população do campo, em virtude, sobretudo, do reduzido número instituições/organizações e profissionais contratados para a prestação dos mesmos.

Essa questão se associa aos problemas de regularização e organização interna das associações e cooperativas, à carência de capacitação para a elaboração de projetos e mobilização de recursos e parcerias e a escassez de informações sobre aspectos geoclimáticos e acesso limitado das comunidades locais às tecnologias de convivência com o semiárido.

A falta de regularização fundiária de imóveis rurais, o baixo nível tecnológico da agricultura familiar, a escassez de água para produção e a pouca agregação de valor aos produtos de base agropecuária corroboram o cenário de exclusão que ainda persiste em muitas comunidades, em que pese os avanços registrados nas duas últimas décadas.

Registre-se ainda a dificuldade de acesso às políticas específicas de inclusão produtiva para mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais, especialmente as de ATER, crédito rural e crédito fundiário. Além disso, em alguns dos municípios ainda não vem sendo cumprida a determinação legal de destinação mínima de 30% dos recursos do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PNAE) para a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar.

Por fim, merece destaque a ausência de investimentos em outras perspectivas de geração de trabalho de renda para as populações do campo, das cidades e da floresta, a exemplo da Economia Criativa e da Economia Solidária.

De modo especial, preocupa o cenário atual de fragilização e ameaça de extinção de vários programas voltados à agricultura familiar, notadamente com o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário e outras reformas impostas pelo atual governo federal, com implicações diretas no Território.



Contudo, também é possível identificar algumas potencialidades, como a fertilidade dos solos e o clima favoráveis ao cultivo de várias culturas, em um Território fortemente marcado pela diversidade da fauna e flora, tanto em áreas abertas como em áreas de reserva florestal.

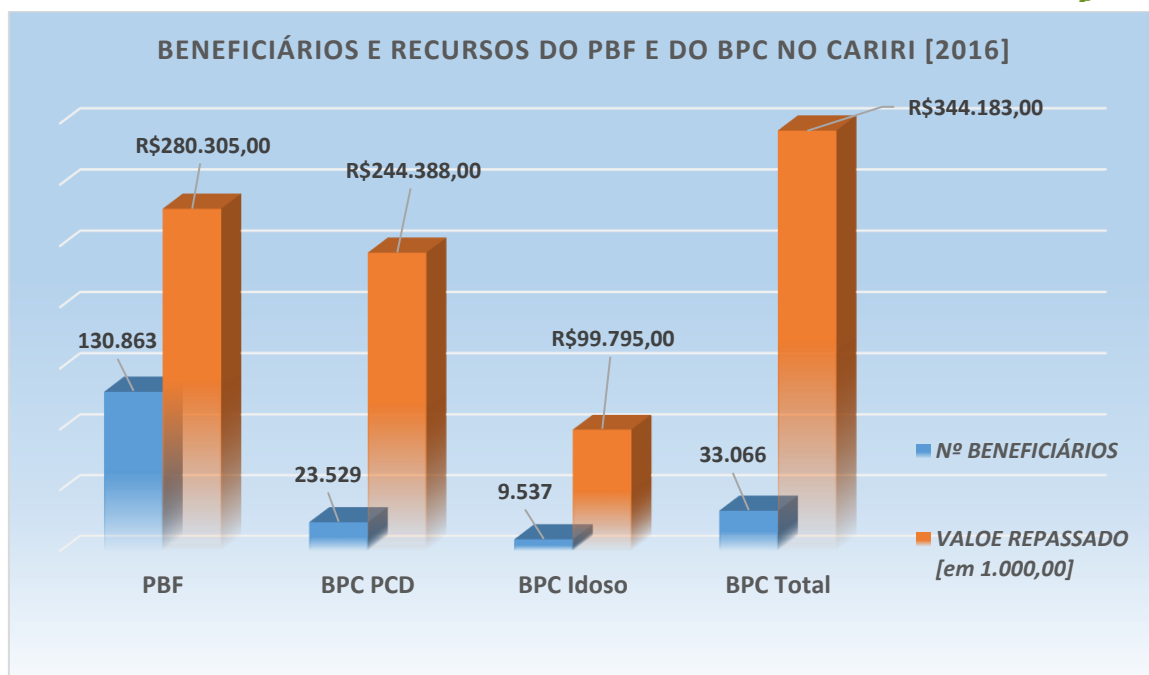
O número de empreendimentos familiares (agrícolas, gastronômicos e artesanais) e o surgimento de novos espaços para apresentação e comercialização de produtos regionais (feiras, exposições, etc.), ao lado da diversidade do potencial turístico do Cariri sinalizam várias oportunidades para a economia do Território.

Também merecem destaque a existência de um conjunto de políticas públicas e tecnologias sociais voltadas a possibilitar uma melhor convivência com o semiárido, a exemplo do Programa de Cisternas, quintais produtivos, mandalas produtivas e Sistema PAIS. Essas iniciativas ganham força quando associadas a programas como o PAA e PNAE.

### ***3.2. Dimensão Sociocultural e Educacional***

As políticas sociais no Território, historicamente têm transitado entre a assistência, a garantia de direitos e a inclusão social, com alguns importantes avanços desde o início da segunda metade dos anos 2000. Vários programas de inclusão social e produtiva e de distribuição de renda aterrissaram no Cariri cearense na última década, no bojo das iniciativas do Governo Federal, que também animaram o surgimento ou fortalecimento de algumas experiências locais, tanto do poder público, quanto de organizações da sociedade civil.

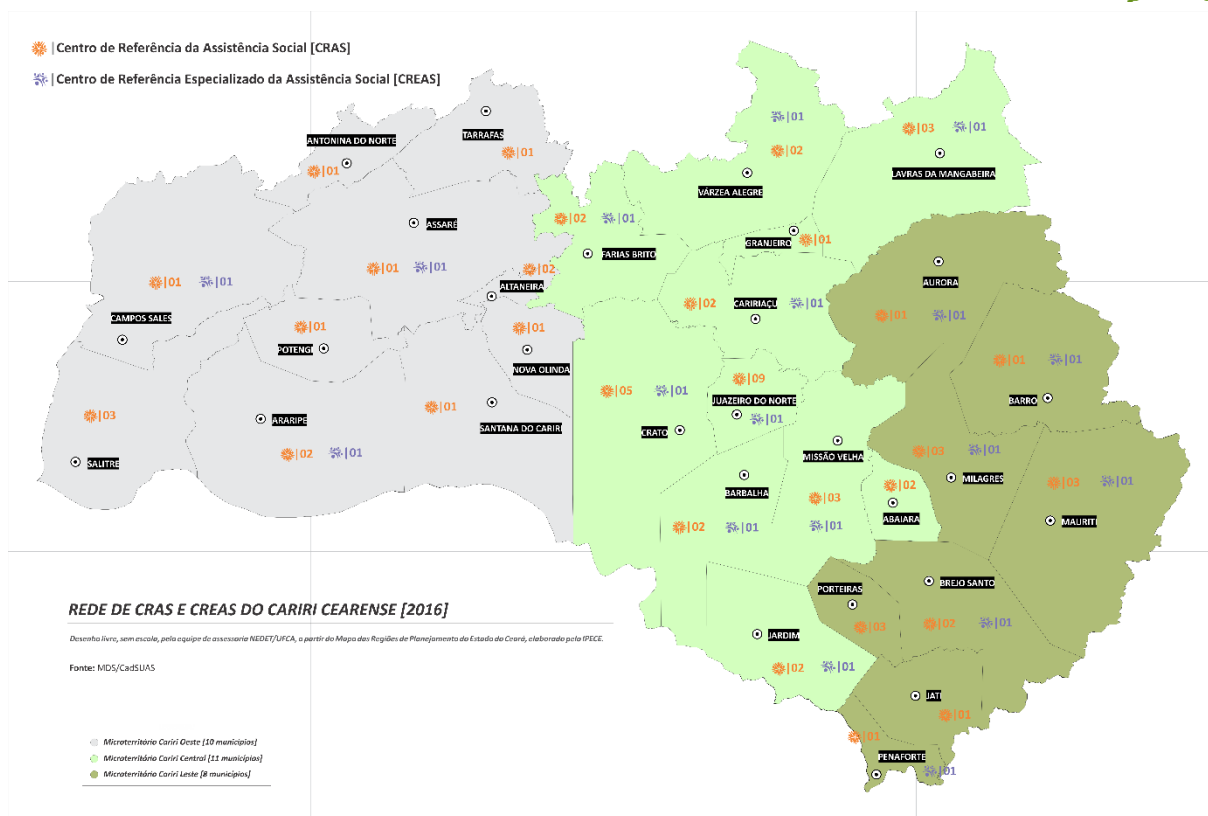
Nesse contexto, o Programa Bolsa Família talvez seja o de maior alcance, quer no volume de recursos investidos, quer no número de famílias beneficiárias. Em 2016 o Programa injetou na economia local caririense mais de R\$ 280 milhões, beneficiando diretamente 130.863 famílias, de acordo com dados disponíveis no Sistema Data Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. O gráfico seguinte apresenta o número de beneficiários do Programa Bolsa Família do Benefício de Prestação Continuada [BPC] e os volume de recursos repassas a cada categoria de beneficiários em 2016, na soma dos 29 municípios do Cariri.



**Fonte:** <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/>

Ainda no campo da Assistência Social, merece destaque o crescimento da rede de equipamentos e serviços nesse campo, especialmente após a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que teve como marco a aprovação da Norma Operacional Básica do SUAS pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em 15 de julho de 2005.

Nesse cenário, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) cumprem papel primordial na implementação do SUAS, funcionando como porta de entrada do mesmo, sendo complementado por outros programas e serviços, dentro e fora da Assistência Social, de âmbito local ou regional, a exemplo dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). No mapa seguinte é possível visualizar a rede de CRAS e CREAS nos 29 municípios do Território.



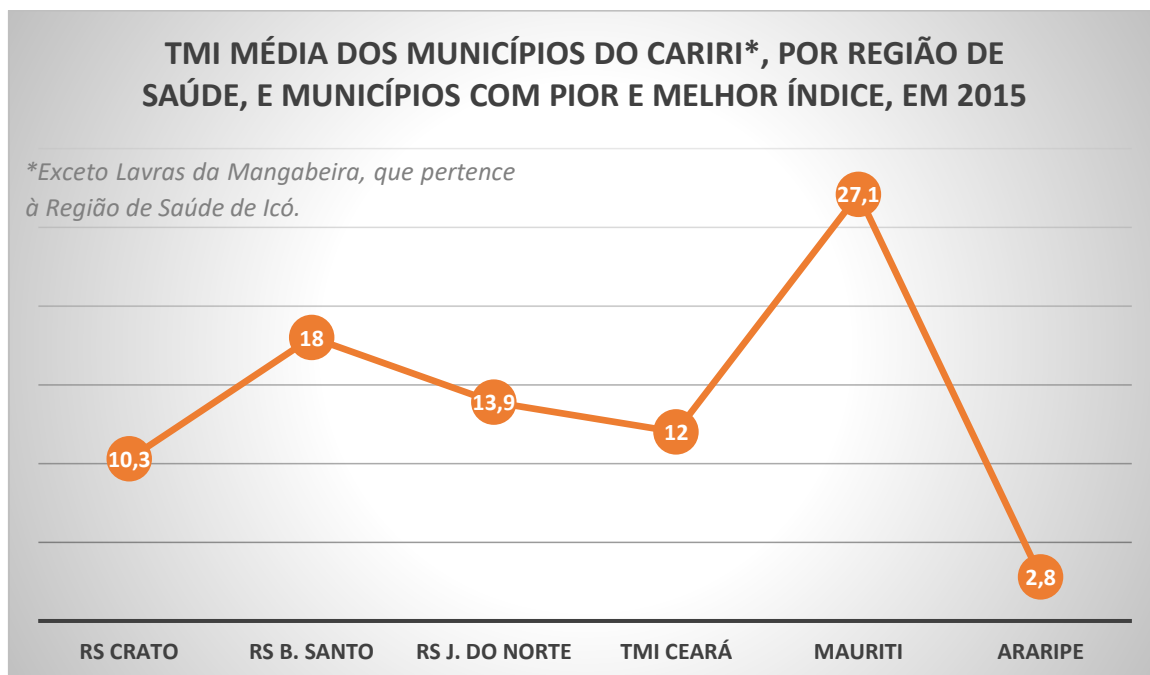
O SUAS teve inspiração no Sistema Único de Saúde (SUS), sistema público de saúde genuinamente brasileiro, que tem inspirado vários outros países, em que pese os problemas que ainda enfrenta, sobretudo de gestão e de inversão de prioridades, o que acaba resultando também na insuficiência de recursos financeiros. Trata-se de uma política pública complexa, cuja história tem sido marcada por diversos conflitos de interesse, inclusive econômicos, e por problemas de informação à população, embora o artigo 7º da Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, estabeleça que “toda pessoa tem direito à informação sobre os serviços de saúde e aos diversos mecanismos de participação”.

A referida Portaria, do Ministério da Saúde, transforma em norma a “Carta dos direitos dos usuários da saúde”, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, em 2009, que determina também o acesso à informação, com linguagem e meios de comunicação adequados, sobre o direito à saúde, o funcionamento dos serviços de saúde e sobre o SUS, além dos mecanismos de participação da sociedade na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas e da gestão do Sistema.

Ao mesmo tempo, um dos principais indicadores de qualidade de vida de uma população é a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI), medida pelo número de óbitos de menores de 1 ano por 1.000 nascidos vivos. O indicador estima o risco de morte dos nascidos vivos durante seu primeiro ano de vida e reflete, de maneira geral, as condições de desenvolvimento socioeconômico e infraestrutura ambiental, bem como o acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materna e da população infantil.



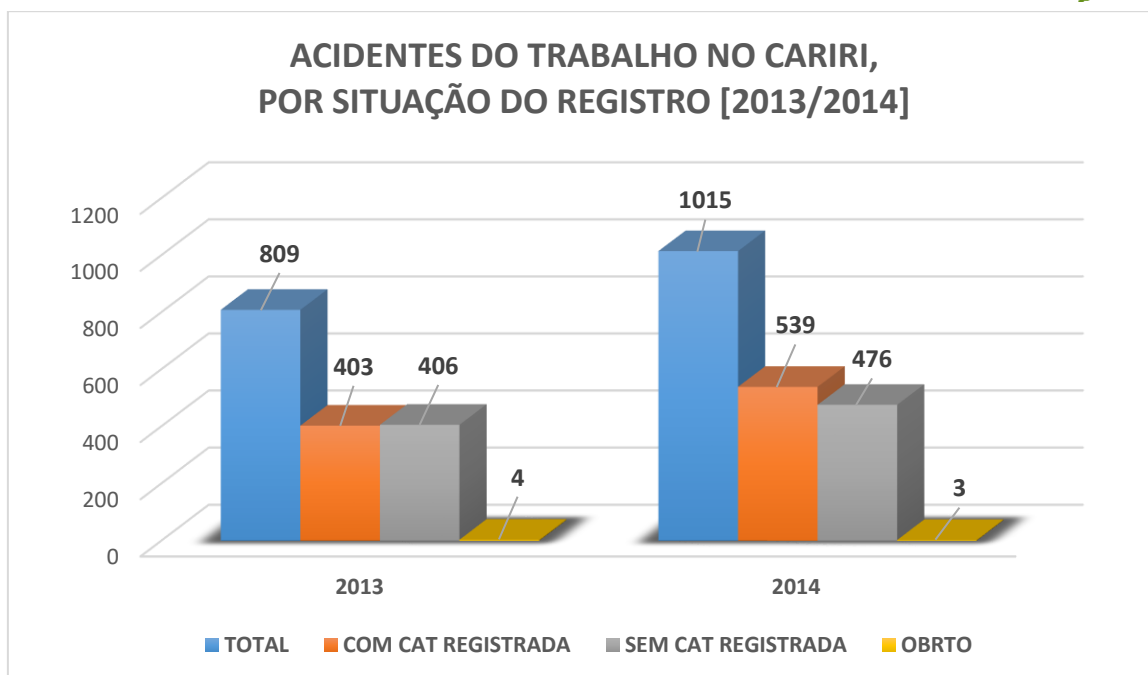
O gráfico a seguir apresenta a média da TMI dos municípios do Cariri, agrupados por Região de Saúde (RS), e estabelece a comparação com a média do estado do Ceará, além de destacar os municípios com melhor e pior desempenho em 2015, entre aqueles que integram as três Regiões de Saúde do Cariri cearense, sediadas em Brejo Santo, Juazeiro do Norte e Crato. Não compõe o referido gráfico o município de Lavras da Mangabeira que, embora vinculado ao Cariri pela territorialização adotada pela Secretaria de Planejamento do Ceará, está vinculada à Região de Saúde de Icó.



**Fonte:** Cadernos de Informação em Saúde. Secretaria de Saúde do Ceará. 2016.

Avanços importantes vêm sendo verificados no Brasil, nos últimos anos, em relação a políticas públicas voltadas à atenção integral em Saúde do Trabalhador, incluindo ações de assistência, promoção, vigilância e prevenção dos agravos relacionados ao trabalho. No entanto, ainda persistem obstáculos, sobretudo de ordem cultural e estrutural, que freiam avanços mais significativos e colocam o Brasil em situação ainda delicada no cenário internacional. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) o Brasil ocupa o 4º lugar no *ranking* mundial de acidentes fatais de trabalho. O próximo gráfico apresenta o número de acidentes de trabalho registrado nos municípios do Cariri cearense nos anos de 2013 e 2014.





**Fonte:** MTPS/Anuário Estatístico de Acidente de Trabalho – AEAT. 2014

Em 2014 o Ceará registrou 13.315 acidentes de trabalho, sendo que, desse total, 1.015 (7,62%) foram no Cariri, conforme se verifica no gráfico acima. Chama atenção o número de acidentes sem Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT), da ordem de 50,18% em 2013 e 46,90% em 2014. Os municípios do Cariri com maior número de ocorrências em 2014 foram, pela ordem: Juazeiro do Norte (522), Barbalha (188), Crato (179), Brejo Santo (35) e Campos Sales (20).

A Secretaria de Saúde do Ceará tem em sua estrutura um Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST/CE), que integra a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), do Ministério da Saúde. O equipamento é referência no diagnóstico de doenças relacionadas ao trabalho, possuindo equipe multiprofissional para orientação aos trabalhadores. Além disso, promove capacitação da Rede SUS, desenvolve projetos e pesquisas, organiza informações e subsidia ações de vigilância, com a finalidade de estruturar a rede de atenção à saúde do trabalhador no estado.

Oito CEREST's regionais integram a rede estadual, com um deles estando sediado em Juazeiro do Norte, abrangendo 15 municípios da Macrorregional de Saúde Cariri, o que posiciona a capacidade de atendimento aquém da demanda do Território, de acordo com avaliação dos profissionais do setor.

A saúde mental tem conquistado importantes espaços e recebido cada vez mais atenção dentro do desenho de política pública de saúde brasileira. Atualmente – e já de algum tempo – os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) vem se consolidando como porta de entrada de uma ampla rede de atenção à Saúde Mental.

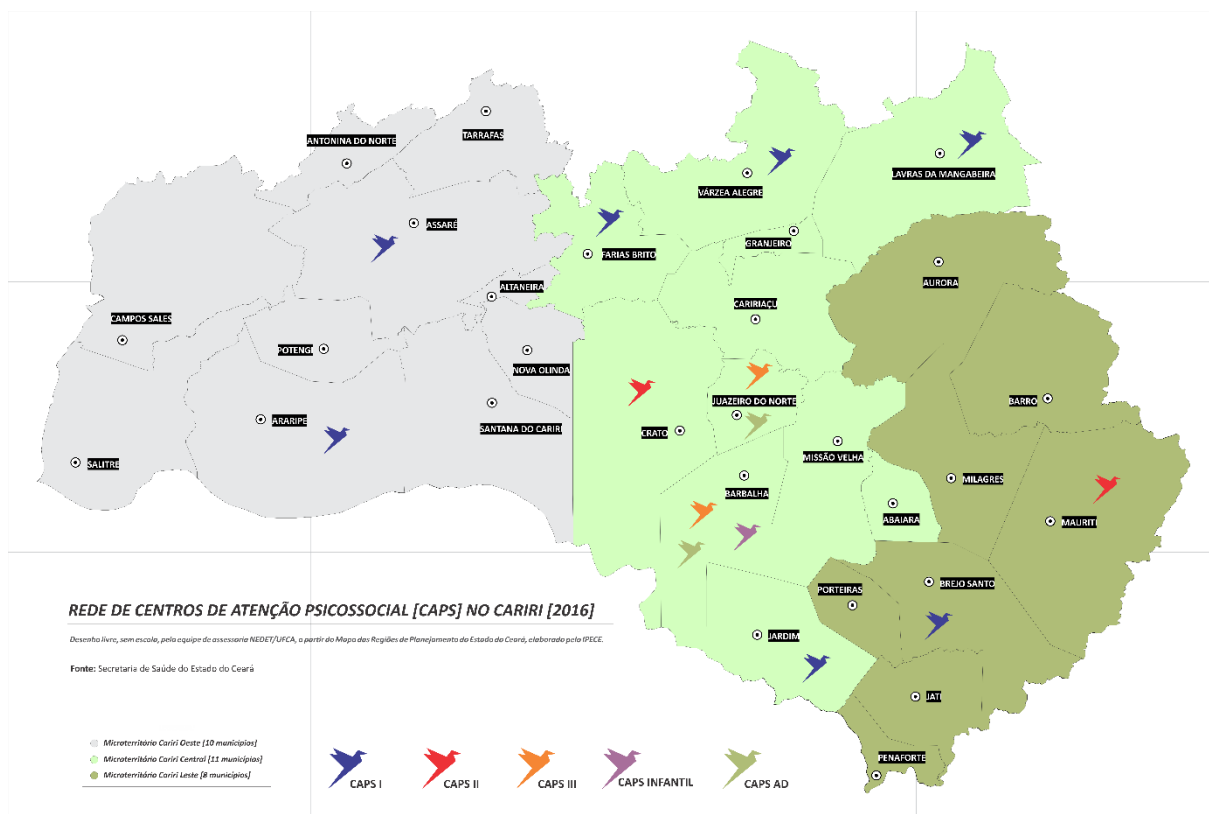
*Os CAPS são instituições destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico. Sua característica principal é*



*buscar integrá-los a um ambiente social e cultural concreto, designado como seu “território”, o espaço da cidade onde se desenvolve a vida quotidiana de usuários e familiares. Os CAPS constituem a principal estratégia do processo de reforma psiquiátrica.*

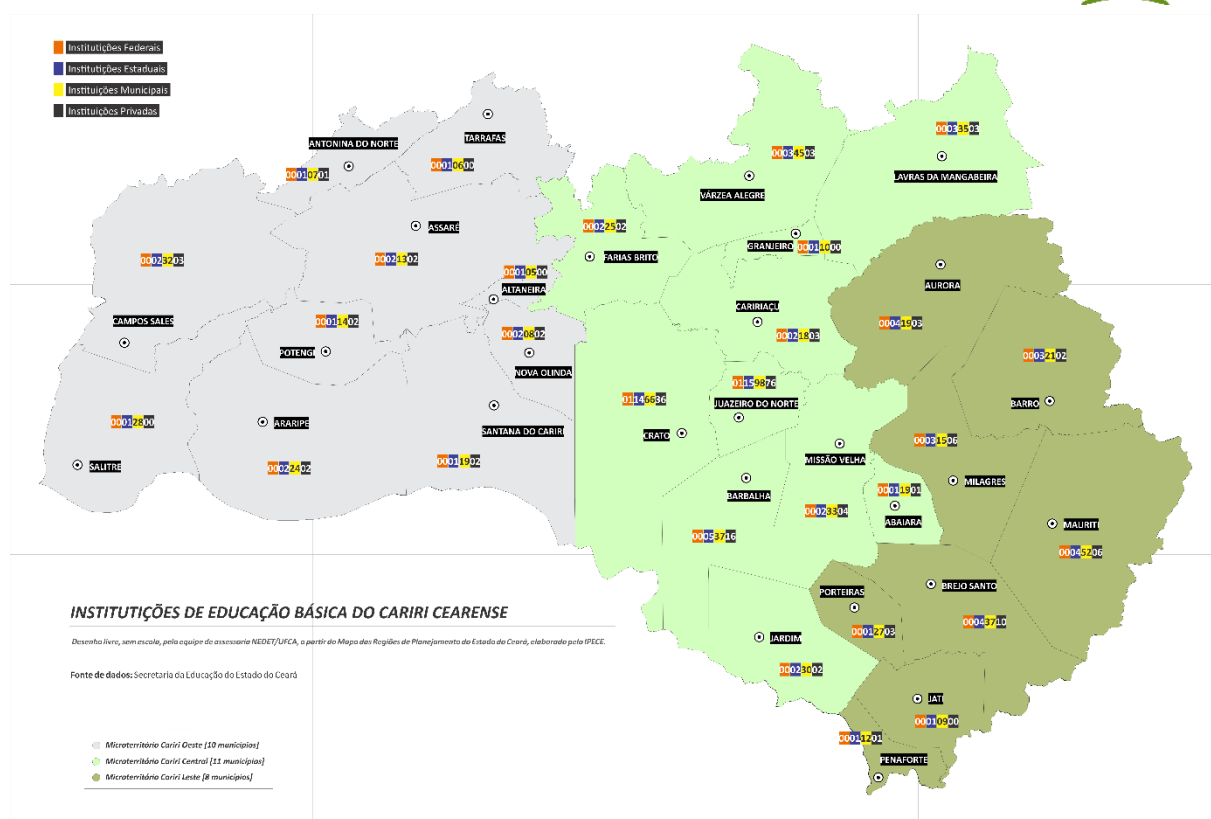
*[Ministério da Saúde. 2004, p 9]*

Em todo o Cariri existem 14 CAPS, de diversas modalidades, distribuídos em 11 municípios, segundo dados do Ministério da Saúde (2016). A distribuição espacial desses equipamentos pode ser visualizada no mapa a seguir.



Quanto à educação formal, nos últimos anos o Cariri tem se notabilizado pelo crescimento da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, com o principal centro de romarias do Nordeste, agora ostentando também o status de cidade universitária. Juazeiro do Norte concentra a maioria dos cursos de graduação do Território, com mais de 50 cursos sendo ofertados através de dez Instituições de Ensino Superior públicas e particulares.

A rede de Educação Básica é formada por 1.042 unidades de ensino, das quais 2 são federais, 85 pertencem à rede estadual, 764 são das redes municipais e 191 da rede privada de ensino. Essas unidades estão distribuídas espacialmente conforme indicado no mapa a seguir.



O Plano Nacional de Educação, em vigor desde 2014, estabelece em sua meta 9 duas submetas. A primeira, atingir 93,5% na taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais até 2015 e a segunda, até 2024, erradicar o analfabetismo absoluto no Brasil. O ritmo de crescimento observado no período de dez anos da taxa da alfabetização, de 2006 a 2015, não se mostra suficiente para a erradicação do analfabetismo no Brasil em 2024.

Ao desagregar a taxa pelas localidades urbanas e rurais, foi possível constatar que a população que vive em áreas urbanas é mais alfabetizada do que aquela que reside em áreas rurais. A localidade urbana apresentou em 2015 uma taxa de 94,1% de pessoas alfabetizadas, contra 80,2% das pessoas na localidade rural, uma diferença de 13,9 pontos percentuais.

O indicador também revela que aqueles que se declaram brancos são mais alfabetizados que os declarados pardos ou pretos. A porcentagem de brancos alfabetizados chegou a 95,1% em 2015, enquanto que pardos e pretos estão muito próximos entre si, com 89,4% e 89,3% respectivamente.

A análise pelos níveis econômicos também é possível com esse indicador. A partir da desagregação por renda familiar per capita, verifica-se que quanto maior o nível da renda, maior a taxa de alfabetização. Os 25% mais ricos da população são os mais alfabetizados, com taxa de 98,2% em 2015. A população do segundo quartil de renda (de 50% a 75%) vem logo abaixo com 94,7% de alfabetizados, enquanto que o terceiro quartil e os 25% mais pobres apresentaram as menores porcentagens, com respectivamente 88,4% e 88,0%.

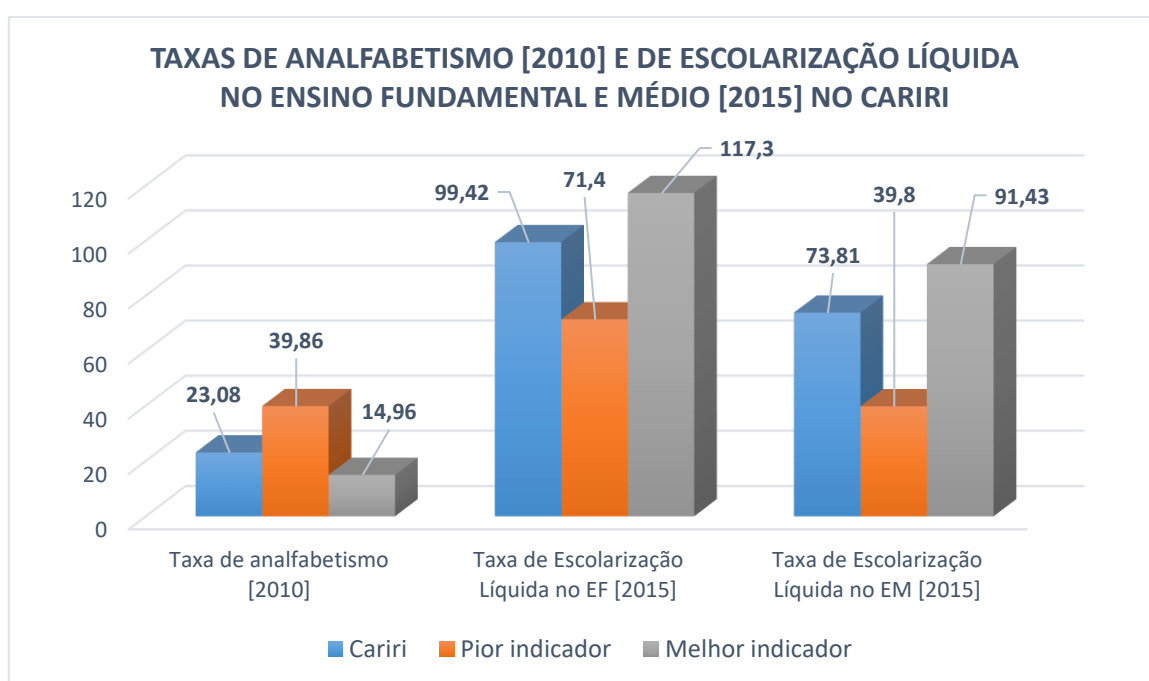


Embora seja fácil constatar o crescimento da oferta de vagas e o aumento das oportunidades de acesso à educação formal no Território, o Cariri ainda convive com significativos desafios nesse campo, a exemplo da redução da taxa de analfabetismo que, segundo dados oficiais, não se distanciam muito do cenário nacional.

Dados do Perfil das Regiões de Planejamento – Cariri [IPECE, 2016] apontam que a taxa de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais, no território, caiu de 32,34% no ano 2000, para 23,08% em 2010, ano do último Censo do IBGE. Contudo, em alguns municípios do Território esse percentual ainda é superior a 30%.

Também chamam atenção os dados relativos à Taxa de Escolarização Líquida, que representa a razão entre o número de matrículas de alunos com idade prevista para estar cursando determinada etapa de ensino e a população total na mesma faixa etária. As etapas no ensino formal, segundo as normas vigentes, são de 7 a 14 anos para o Ensino Fundamental e de 15 a 17 para o Ensino Médio.

No Cariri, a média da Taxa de Escolarização Líquida nos 29 municípios, em 2015, foi de 99,42% para o Ensino Fundamental [EF] e de 73,81% para o Ensino Médio [EM]. O próximo gráfico apresenta essas taxas de analfabetismo e escolarização líquida no Cariri, tomando por base a média dos 29 municípios e os piores e melhores desempenhos em cada caso.



**Fonte:** IPECE/Perfil das Regiões de Planejamento. Cariri - 2016

Aqui os principais desafios vinculam-se, no caso da Saúde, às deficiências no funcionamento da Estratégia Saúde da Família (ESF), incluindo a alta rotatividade dos profissionais médicos, e sucateamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS), além da inexistência de Núcleos de Atenção à Saúde da Família (NASF) em oito municípios do Território e deficiência no funcionamento dos existentes.



Some-se a isso a fragilidade da infraestrutura de apoio às ações de vigilância em saúde, incluindo a ausência de abatedouros públicos, a carência de saneamento básico, especialmente na zona rural, e a poluição de rios e outras fontes d'água.

O número reduzido de Centros de Referência à Saúde do Trabalhador (CEREST), as altas taxas de mortalidade infantil na maioria dos municípios do Território, a insuficiência de equipamentos como a Casa do Diabético e a Casa do Idoso e a dificuldade de garantia de alimentação adequada para hipertensos e diabéticos contribuem para agravamento das condições de saúde das populações locais. Também merece destaque a baixa capacidade de resposta à crescente demanda na área psicossocial, inclusive com a insuficiência de Centros de Assistência Psicossocial (CAPS) em todas as modalidades.

Outros desafios, ainda em relação à Saúde, são a carência de acompanhamento da gestante com sífilis, a fragilidade das ações preventivas de combate à tuberculose, incluindo a busca ativa de sintomáticos respiratórios, a fragilidade na busca ativa de pessoas com suspeita de hanseníase e os altos índices de realização de partos cesarianos, motivadas por conveniência ou preferência dos profissionais e/ou unidades de saúde envolvidas nos procedimentos, em detrimento do parto natural.

No campo da Assistência Social ganham expressão a carência e/ou baixa oferta de equipamentos sociais como Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), Casa de Apoio às Vítimas de Violência, Casa Abrigo, Centro de Convivência da Pessoa Idosa, Centro de Atenção à Criança e ao Adolescente e Centro de Apoio a Usuários de Drogas. Também vale registrar entre os desafios da Assistência Social a fragilidade ou ausência de Políticas Públicas destinadas às pessoas com deficiência, e aquelas específicas para juventude e mulheres.

Na educação ganham expressão e despertam preocupação os modelos de gestão escolar centralizados e pouco democráticos, começando pelos processos de escolha dos gestores das escolas municipais. Além disso, a precariedade da infraestrutura das escolas, especialmente nas zonas rurais, a oferta de transporte escolar irregular e de baixa qualidade e a insuficiência de oferta de bibliotecas, laboratórios de ciência e de informática agravam os problemas de educação no Território.

Contudo, o maior desafio do setor diz respeito à ausência ou carência de ensino contextualizado e de Projetos Político-Pedagógicos ou práticas de ensino e aprendizagem que primem pela formação cidadã.

A inexistência de Sistemas de Cultura (Plano, Fundo e Conselho) formalmente instituídos e em funcionamento em vários municípios do Território, a carência de equipamentos públicos de cultura e centralização dos poucos existentes em áreas urbanas, colocam a setor entre aqueles com maior escassez de oferta de Políticas Públicas.



Ao olharmos para as potencialidades da dimensão sociocultural e educacional enxergamos com facilidade a boa articulação do movimento em defesa das mulheres no combate de violência contra a mulher, especialmente nos municípios da Região Metropolitana do Cariri, o trabalho dos Agentes Comunitário de Saúde, o crescimento dos cuidados com a primeira infância, através do incentivo ao aleitamento materno exclusivo e cobertura vacinal, e a ampla abrangência do programa Aqui tem Farmácia Popular.

Também são considerados como fatores positivos a existência de equipamentos de saúde vinculados à atenção primária (ESF's e NASF's), secundária (CAPS, Policlínicas, CEO) e terciária (Hospitais) principalmente no Cariri Central. O trabalho realizado pelas equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em parceria com as escolas públicas, através do Programa Saúde na Escola (PSE) é outro aspecto avaliado positivamente.

A ampliação dos espaços de diálogo, proposição e avaliação de Políticas Públicas pela sociedade civil, a exemplo das conferências, conselhos e fóruns, também figura entre as potencialidades. Some-se a isso o crescimento da oferta de vagas e a ampliação do acesso à população mais pobre, do campo e das cidades, a cursos de graduação e pós-graduação.

### **3.3. Dimensão Ambiental**

Rosemberg Cariry escreveu que “a natureza no Cariri cearense é generosa. O santuário ecológico da chapada do Araripe – que em língua indígena significa Lugar das Araras, com uma altitude de 900 metros, detém uma rica biodiversidade, formando o ecossistema peculiar da região, caracterizado pela fertilidade do solo e pelo clima ameno”.

Nessa dimensão, uma das principais questões se refere à disponibilidade e ao acesso à água, tanto para consumo, quanto para produção. Estudo realizado por Renata Mendes Luna, para sua tese apresentada em 2007 à Universidade Federal do Ceará, para obtenção do título de doutora em recursos hídricos, identificou o Índice de Pobreza Hídrica [IPH] da Bacia do Salgado, que inclui 18 dos 29 municípios do Território do Cariri cearense.

Segundo LUNA [2007], o IPDH é “uma ferramenta que expressa medida interdisciplinar, a qual conecta o bem estar doméstico à disponibilidade de água, indicando o quanto o grau de escassez de água impacta na população humana”. Para a avaliação do IPH são considerados cinco indicadores: disponibilidade do recurso, acesso, capacidade, uso e impacto no meio ambiente. De acordo com a pesquisadora:

*O indicador recurso diz respeito à medida da água superficial e subterrânea disponível, ajustada pelas condições e segurança da sua disponibilidade, considerando as variações sazonais e interanuais; o acesso indica o efetivo acesso das pessoas à água para sua sobrevivência, a medida de quão boa está sendo a provisão dessa água para uso doméstico e irrigação; o uso indica algumas medidas de como a água é utilizada pelos*

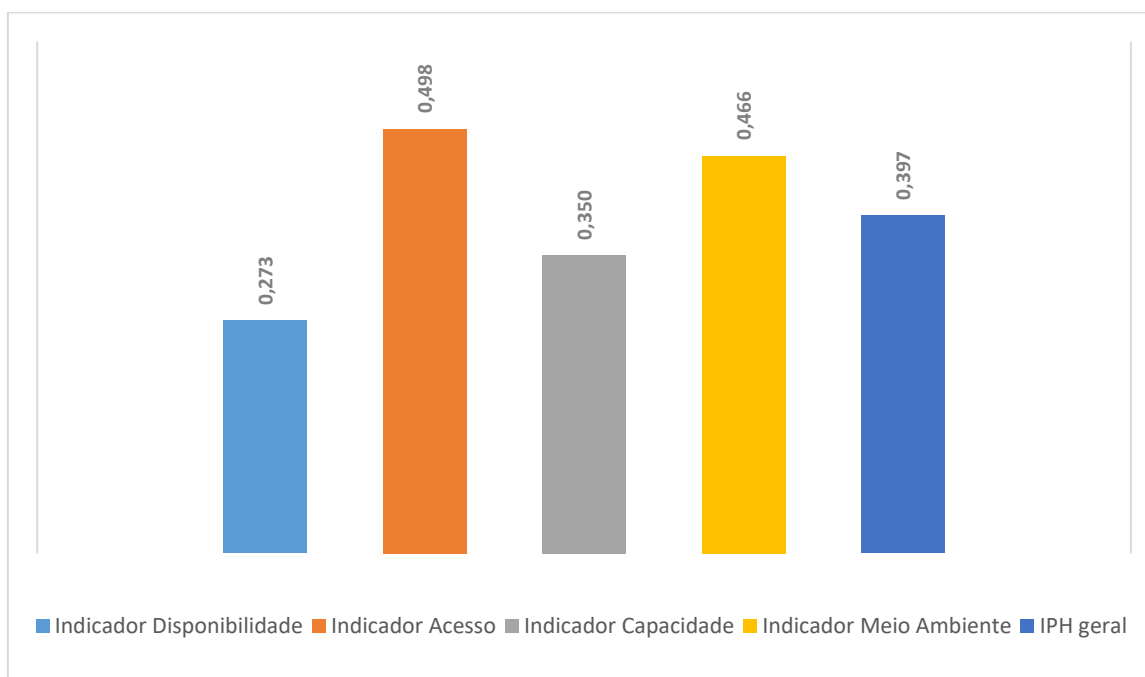




*diversos setores da sociedade, para os diferentes propósitos e sua contribuição para a economia; a capacidade representa o gerenciamento dos recursos hídricos com base na variável humana (educação, saúde) e na capacidade financeira de gerenciar o sistema; o meio ambiente diz respeito às tentativas de controlar a integridade ecológica relacionada à água.”*

[LUNA, 2007, p 61]

Para a elaboração do Índice de Pobreza Hídrica da Bacia do Salgado, Luna tomou por base o índice trabalhado pelo *UK Department for International Development [DFID]* e trabalhou com quatro indicadores: disponibilidade, acesso, capacidade e meio ambiente, gerando indicadores absolutos e relativos. Segundo explica a pesquisadora, para o cálculo dos absolutos foram utilizados valores de referência para regiões semiáridas, enquanto para os relativos os valores obtidos para cada um dos municípios da Bacia. O gráfico a seguir apresenta os dados relativos do **IPH médio dos 18 municípios do Cariri** que integram a Bacia do Salgado.



**Fonte:** IPECE/Perfil das Regiões de Planejamento. Cariri - 2016

De acordo com o estudo realizado por Luna, os municípios do Cariri mais problemáticos em termos de pobreza relacionada às questões hídricas são Caririáçu, Abaiara e Jardim, enquanto os melhores resultados foram obtidos para Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha.

Os desafios dessa dimensão incluem ainda: a existência de focos de desmatamento através de queimadas e outros métodos, causando desequilíbrio ambiental, inclusive a extinção de espécies animais e vegetais; o uso inadequado do solo, causando a degradação dos mananciais, erosão e contaminação das águas por agrotóxicos e outros resíduos; a ausência ou escassez de programas de educação ambiental, inclusive quanto ao uso adequado da água e a coleta seletiva de resíduos sólidos; a ineficiência



dos sistemas municipais de coleta convencional dos resíduos sólidos e a destinação inadequada destes resíduos que, em vários municípios, ainda acabam em lixões municipais ou terrenos baldios.

Colaboram para o agravamento dos problemas ambientais no Território, a especulação imobiliária na encosta da Chapada do Araripe e na zona rural, a fragilidade da legislação quanto aos processos de preservação ambiental e a falta de execução de políticas públicas adequadas à preservação do patrimônio ambiental.

Mas aqui também é possível identificar algumas potencialidades, a exemplo da vocação do Território para atividades de turismo ecológico local sustentável, a partir das reservas existentes e de experiências exitosas em agroecologia. Some-se a isso a diversidade de riquezas naturais, com a ampla gama de espécimes específicos da fauna e flora caririense, como também um vasto patrimônio genético, com registros paleontológicos em várias localidades pertencentes à área de abrangência do Geopark Araripe, cujo trabalho possui reconhecimento internacional.

Também despontam como potencialidades ambientais a produção agrícola diversificada, com experiências bem-sucedidas em práticas agroecológicas; as riquezas em fontes d'água e a Bacia Sedimentar do Araripe; e a presença do Sistema de Saneamento Rural (SISAR) nas comunidades do Cariri.

Por último, despontam como fatores positivos a existência da Política Estadual de Resíduos Sólidos e da Rede Caririense de Catadores de Resíduos Sólidos; a implantação de uma Unidade de Conservação Ambiental, a partir do projeto Ceará Verde; e a existência do Fórum Popular das Águas Cariri, um importante espaço de debate sobre segurança hídrica no Território.

#### ***3.4. Dimensão Político-Institucional***

No campo da gestão pública, na maioria dos municípios do Cariri o que se observa são estruturas administrativas com pequena agilidade no desenvolvimento dos serviços, desintegradas setorialmente, com um grande número de servidores quase sempre despreparados, sem motivação e com condições de trabalho nem sempre ideais. No âmbito externo, as relações governo-sociedade têm sido, via de regra, distantes, desconfiadas, sem divisão de responsabilidades e de pouca parceria.

Como consequência, podemos destacar: o desperdício de recursos materiais e financeiros e do próprio potencial humano; a má qualidade dos serviços; a baixa resolutividade dos problemas; e a pouca ou nenhuma participação do cidadão nos processos de definição, controle e avaliação das políticas públicas ou mesmo das ações do governo.

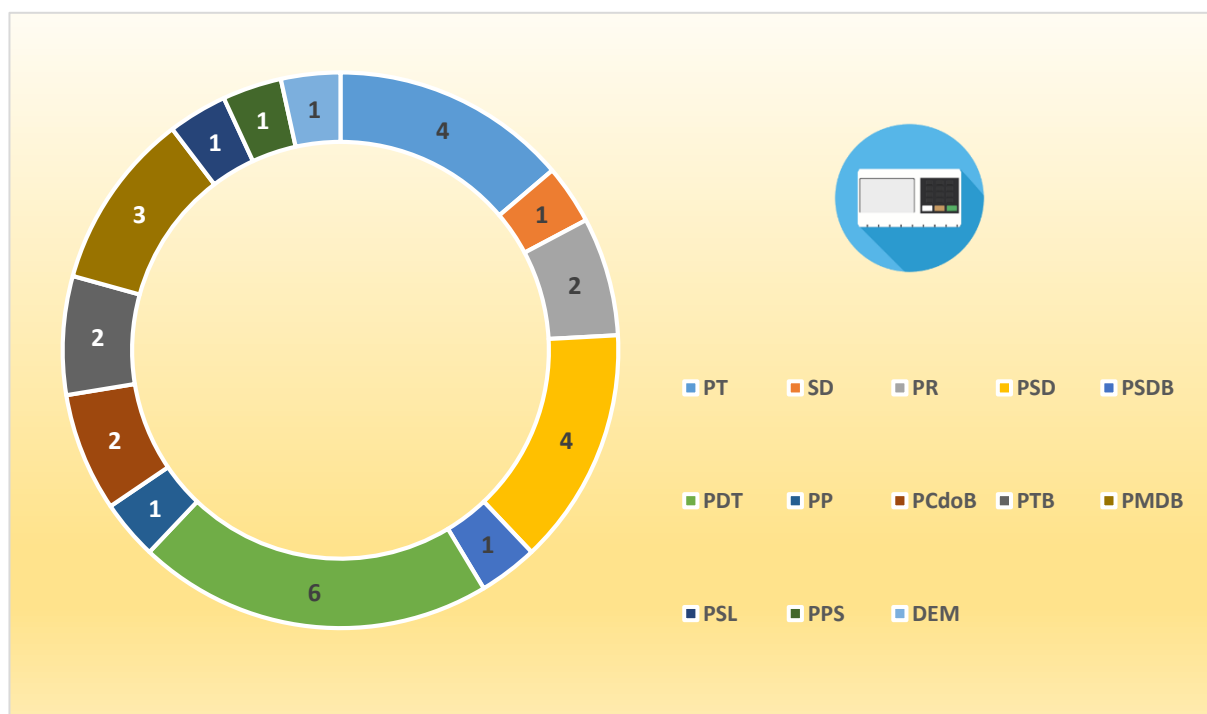
Ademais, várias situações do dia a dia evidenciam, dentre outras coisas, o quanto as práticas clientelistas e a visão patrimonialista que marcam a história político-administrativa do Brasil desde o império, sobreviveram ao tempo e continuam compondo a agenda dos governos locais no Cariri em pleno século XXI. Sobre isso, PINHO (2014), destaca que:



*A confusão entre o público e o privado e o frequente uso de bens e serviços públicos por parentes e amigos mais próximos de gestores locais para atender a interesses privados, reflete o fato de que o aparelho estatal continua sendo, para alguns, uma mera extensão da sala e da cozinha da casa grande, agora com nova arquitetura e novos atores.*

(PINHO, 2014)<sup>6</sup>

Os resultados das eleições municipais de outubro de 2016 apresentaram uma diversidade de composição político-partidária que aponta a presença de 13 partidos à frente dos governos locais dos 29 municípios do Cariri cearense. O número de cadeiras ocupadas por cada partido nos executivos municipais pode ser visto no gráfico a seguir.



**Fonte:** Tribunal Superior Eleitoral (TSE)/Resultado das Eleições 2016

Nessa dimensão a análise dos desafios recai, em primeiro lugar, sobre as dificuldades que instituições públicas, nos diferentes níveis de governo, encontram para atuarem de forma integrada entre si e com o Colegiado Territorial. Especificamente quanto às Políticas Públicas para a Agricultura, as Secretarias Municipais de Agricultura não contam com estrutura física, orçamento e pessoal suficientes para atendimento das demandas.

Registre-se ainda que os Conselhos de Políticas Públicas Setoriais carecem de condições, inclusive quanto à formação de seus integrantes, para o exercício da participação e do controle social. Nessa mesma direção verifica-se que o diálogo entre esses conselhos e estratégia territorial ainda é frágil.

<sup>6</sup> *Da casa grande ao palácio.* Disponível em <https://joelmirpinho.wordpress.com/2014/01/10/da-casa-grande-ao-palacio/>



Por outro lado, contata-se que a captação de recursos pelos governos locais e organizações da sociedade civil sem o diálogo com as prioridades do território e, e alguns casos, como decorrência de apadrinhamentos políticos, resulta no enfraquecimento da estratégia territorial.

Além das questões já apresentados nesse tópico, os gestores municipais, os legislativos e as organizações locais precisarão lidar com o desafio de ampliar o acesso à informação como direito do cidadão e dever do Estado. Segundo PINHO (2016), “além de se tratar de direito individual de qualquer cidadão, o acesso à informação é um direito difuso, o que significa dizer que tem uma dimensão coletiva, uma vez que o acesso amplo a informações públicas resulta em benefícios para a comunidade de modo geral”.

A escassez ou as fragilidades do acesso a informações sobre políticas públicas por parte de indivíduos, grupos ou comunidades tem sido queixa frequente em diversos espaços de diálogo público no Cariri, a exemplo das Conferências e Fóruns Territoriais. Ao mesmo tempo, diversos instrumentos internacionais de direitos humanos reconhecem e consagram o acesso à informação como direito fundamental, destacando que o acesso à informação pública deve ser a regra e o sigilo a exceção, contrariando práticas ainda presentes em algumas instituições ou, pelo menos, na mentalidade de alguns agentes públicos.

As potencialidades da dimensão político-institucional vinculam-se, sobretudo, aos espaços protagonizados pela sociedade civil organizada. É o caso do Fórum dos Assentados, do Fórum Araripense de Prevenção e Combate à Desertificação, do Fórum Popular das Águas do Cariri, do Fórum de Comunidades Rurais do Cariri Oeste e do Fórum Caririense de Economia Solidária.

Nessa mesma direção estão a diversidade e a quantidade de conselhos municipais de políticas públicas setoriais e o crescimento do número de organizações da sociedade civil, formais e informais, especialmente aquelas de base comunitária, como associações, coletivos e grupos culturais.

Por fim, a existência do Colegiado Territorial como espaço de diálogos e integração entre a sociedade civil e instituições públicas, a participação do Colegiado Territorial do Cariri na Rede Estadual de Colegiados Territoriais e o crescimento do número de Instituições de Ensino superior podem potencializar o desenvolvimento sustentável do Território.



## **CAPÍTULO II**

# **MATRIZ DE OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E METAS**





## 1. Sobre os Eixos de Desenvolvimento

---

A partir de uma série de encontros entre representantes da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará (SDA) e de outros órgãos públicos estaduais, representantes do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDR), equipes dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET's) com atuação no Ceará e consultores/as contratados/as pela SDA, se pactuou que a matriz de planejamento de todos os novos PTDS do Ceará partiriam de cinco eixos comuns: [i] Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva; [ii] Governança Fundiária e Acesso a Terra; [iii] Formação Cidadã e Organização Social; [iv] Infraestrutura e Serviços Públicos; e [v] Gestão de Recursos Hídricos.

Embora esses eixos tenham nascido dessa construção coletiva, o Território teve autonomia para repensá-los, de acordo com o contexto local, considerando também que o Território não está apartado de um contexto mais amplo que, nesse caso específico, está representado pelo conjunto de políticas públicas e ações do Governo do Estado do Ceará para os territórios.

Para cada eixo é apresentado um conjunto de objetivos, com variações de quantidade de um eixo para outro. A cada objetivo se somam as estratégias para alcançá-lo e as metas a serem perseguidas em cada estratégia. Assim está composta a matriz de ações do presente Plano Territorial.

Antes de mergulharmos na leitura da matriz de objetivos, estratégias e metas apresentada a seguir é necessário destacar que um dos principais convites que esse capítulo nos apresenta refere-se à necessidade de pensarmos para além do que já nos é ofertado, olharmos para além das possibilidades aparentes. Como proposto no convite para a plenária de apresentação do documento básico, lá no início do processo de construção do presente PTDS, o desafio foi construirmos um Plano que, ao mesmo tempo, se apresentasse ousado e exequível, amplo e objetivo.

Mas sobretudo, era preciso construir um instrumento conectado às múltiplas realidades do Território, capaz de reconhecer e fortalecer o papel das instituições e organizações com atuação no mesmo, a urgência da construção de redes e a centralidade política da atuação cidadã das comunidades e das pessoas para que o Cariri se afirme como lugar do bom viver e do exercício pleno da cidadania, expressão maior da democracia. A matriz de planejamento que se apresenta a seguir busca dar conta dessa e de outras questões.

Para tanto, foi fundamental revermos e alargarmos alguns conceitos, a exemplo da ideia e da prática de assistência técnica, que precisa ser substituída pela concepção de assessoria, ressignificando a própria relação entre comunidades e equipes técnicas a partir de outra perspectiva epistemológica.

As metas apresentadas na matriz a seguir resultaram de diversos diálogos que consideraram, à medida do possível, cada contexto local e os conhecimentos específicos de profissionais, pesquisadores, estudiosos e militantes de cada área específica.





## 2. Matriz de Ações

EIXO 1   Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva	
Objetivo 1   Contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, como estratégia para a ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Apoiar a inclusão produtiva e a estruturação de sistemas sustentáveis, justos e equitativos de produção, tendo como referência a agroecologia como matriz tecnológica.	<p>06 Unidades de Demonstração de Sistemas Sustentáveis de Produção implantadas até o final da vigência deste Plano.</p> <p>06 Casas de Sementes implantadas e em funcionamento até o último ano da vigência deste PTDS.</p> <p>Ampliação da ATER para a produção de sementes crioulas e de adubo verde, com a garantia de pelo menos um/uma técnico/a por município com conhecimento específico na área.</p> <p>2.900 projetos de base familiar de criação de pequenos animais financiados e apoiados até o final da vigência desse Plano.</p>
Fomentar e divulgar amplamente a certificação participativa, garantindo mecanismos que democratizem e viabilizem a certificação de produtos orgânicos e agroecológicos do Território.	<p>Instituição da Câmara Técnica de Certificação Participativa de Produtos Orgânicos e Agroecológicos na estrutura do Território da Cidadania do Cariri, até o final do primeiro ano desse PTDS.</p> <p>Produção de material informativo para incentivar a inclusão dos produtos orgânicos e/ou agroecológicos nas aquisições para a alimentação escolar.</p>
Assegurar, de forma gratuita e continuada, serviços de ATER, tendo como referência a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).	Universalização dos serviços de ATER para a agricultura familiar, áreas reformadas e comunidades tradicionais no âmbito do Território até o último ano de vigência do presente Plano, com avaliações anuais da oferta por parte do Colegiado Territorial.



	<p>Contratação de equipes multidisciplinares, com paridade de gênero, comprometidas com a agricultura familiar, com conhecimento em agroecologia e economia solidária e de acordo com a especificidade de cada segmento com o qual irão trabalhar, assegurada, sempre que possível, a inclusão de profissionais das comunidades locais.</p> <p>Construção e aplicação de metodologias participativas de ATER que incentivem e estimulem o protagonismo de agricultores/as, a adoção de práticas sustentáveis de produção, a troca de experiências e a convivência com os biomas locais.</p> <p>Implementação de sistema participativo de monitoramento e avaliação de entidades prestadoras de assistência técnica, criando condições para que o Colegiado Territorial possa indicar o descredenciamento de entidades quando houver irregularidades e descumprimento das ações previstas nos projetos.</p> <p>100% dos profissionais de ATER com atuação no Território, capacitados em PNATER, garantida a capacitação dos profissionais já contratados, até o final do segundo ano desse Plano.</p>
<p>Ampliar a participação dos produtos da agricultura familiar, da reforma agrária e dos povos e comunidades tradicionais no abastecimento dos mercados e nas compras institucionais.</p>	<p>Todos os municípios do Território cumprindo a meta de 30% dos recursos do Programa Nacional de Alimentação do Escolar [PNAE] destinados à compra de produtos da Agricultura Familiar até o final do primeiro ano de vigência deste Plano.</p> <p>100% dos municípios do Território participando de pelo menos uma modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos [PAA].</p> <p>Formação de responsáveis técnicos pela alimentação escolar de todas as entidades executoras até o final do segundo ano de vigência deste PTDS, tendo</p>



	como foco o incentivo à inclusão dos gêneros orgânicos e/ou agroecológicos nos cardápios da alimentação escolar.
Apoiar o desenvolvimento e modernização da Cadeia Produtiva da Apicultura e Meliponicultura no Território.	Mapeamento da Cadeia Produtiva da Apicultura e Meliponicultura no Território até o final do primeiro ano do presente Plano.
Ampliar o acesso às DAPs (familiar e jurídica) no âmbito do Território, garantindo agilidade na emissão das mesmas.	Universalização do acesso à DAP até o final do presente Plano. Relatórios de monitoramento e avaliação semestral emitidos por 100% dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, a partir do segundo semestre de 2017.
Aperfeiçoar, agilizar e desburocratizar o acesso e ampliar o crédito rural aos agricultores/as familiares e aos povos e comunidades tradicionais do Território.	Mapeamento da oferta atual e da demanda de crédito da agricultura familiar [pessoa física e jurídica] até o final do primeiro ano desse Plano. Garantia de que, no mínimo, 30% do crédito disponibilizado pelos agentes financeiros com recursos do PRONAF seja destinado para mulheres e jovens.
Apoiar e fomentar a transição do modelo convencional para a agroecologia.	Atendimento de, no mínimo, 950 agricultores/as familiares em situação de vulnerabilidade social, fomentando atividades produtivas diversificadas, especialmente de alimentos, a partir de conceitos agroecológicos, respeitadas as características culturais. Garantia de atendimento a, no mínimo, 29 pessoas jurídicas com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento a sistemas de produção de base ecológica e orgânica.



<p>Ampliar e fortalecer as experiências de feiras municipais da agricultura familiar e agroecologia no Território.</p>	<p>No mínimo 50% dos municípios do Cariri com feiras da agricultura familiar implantadas e em funcionamento regular até o final do segundo ano de vigência do presente PTDS.</p> <p>No mínimo 30% dos municípios do Cariri com feiras agroecológicas implantadas e em funcionamento regular até o final do segundo ano de vigência do presente PTDS.</p>
<p>Implementar um Centro de Formação e Pesquisa sobre Convivência com o Semiárido com base nos princípios da Agroecologia.</p>	<p>Centro de Formação e Pesquisa implantado e em funcionamento até o final do presente PTDS.</p>
<p><b>Objetivo 2</b>   Contribuir para o desenvolvimento de uma economia de base criativa no Cariri, representada por atividades com potencial socioeconômico que lidam com criatividade, conhecimento e informação.</p>	
<p><b>ESTRATÉGIAS</b></p>	<p><b>METAS</b></p>
<p>Ampliar e fortalecer a experiência da Feira Cariri Criativo, realizada desde novembro de 2014, por iniciativa da Universidade Federal do Cariri, promovendo sua itinerância.</p>	<p>100% dos municípios do Cariri com pelo menos duas edições do projeto realizadas em seu território ao longo dos oito anos de vigência desse PTDS.</p> <p>Pelo menos 96 edições do projeto realizadas ao longo dos oito anos do presente Plano.</p>
<p>Fortalecer a atividade turística sustentável, a partir da diversidade do potencial do Cariri para o setor.</p>	<p>Pelo menos 29 experiências de Turismo Rural de Base Comunitária apoiadas até o final do presente Plano.</p> <p>Implantação da Escola de Hotelaria e Gastronomia do Cariri até o quarto ano da vigência desse PTDS.</p> <p>Um Catálogo Turístico do Cariri, que contemple a diversidade do setor, produzido até o final do segundo ano do presente Plano.</p>



	<p>Um vídeo promocional do potencial turístico do Cariri, que contemple a diversidade do setor, produzido até o final do segundo ano do presente Plano.</p>
<p>Estruturar e fortalecer os principais Arranjos Produtivos Locais (APL's) ligados ao artesanato no âmbito do Território da Cidadania do Cariri.</p>	<p>Plano de Desenvolvimento do APL do Artesanato em Palhas e Fibras elaborado, de forma participativa, até o segundo ano do presente PTDS.</p> <p>Plano de Desenvolvimento do APL do Artesanato em Couro elaborado, de forma participativa, até o segundo ano do presente PTDS.</p> <p>Plano de Desenvolvimento do APL do Artesanato em Madeira elaborado, de forma participativa, até o segundo ano do presente PTDS.</p> <p>Plano de Desenvolvimento do APL das Redes Artesanais elaborado, de forma participativa, até o segundo ano do presente PTDS.</p> <p>Plano de Desenvolvimento do APL de Crochê e Bordados elaborado, de forma participativa, até o segundo ano do presente PTDS.</p> <p>Plano de Desenvolvimento do APL de Biojoias elaborado, de forma participativa, até o segundo ano do presente PTDS.</p> <p>Plano de Desenvolvimento do APL do Artesanato em Barro/Cerâmica elaborado, de forma participativa, até o segundo ano do presente PTDS.</p>
<p>Requalificar os festejos juninos do Cariri, assegurando o caráter original dos mesmos e a presença de artistas e grupos locais e regionais em suas programações.</p>	<p>Edital Ceará Junino, da Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Ceará, tendo como critério de pontuação, dentre outros, a originalidade e o número de artistas e grupos locais e regionais constantes em cada proposta apresentada.</p> <p>100% dos projetos de Festejo Junino dos municípios do Cariri submetidos à apreciação e aprovação do</p>



	respectivo Conselho Municipal de Cultura a partir do primeiro ano de vigência do presente Plano.
Potencializar o segmento do Turismo de Negócios & Eventos no Território.	<p>Catálogo do calendário de eventos fixos do Cariri [1ª edição] elaborado e publicado até o final do primeiro ano de vigência do presente Plano.</p> <p>Conselho Curador do Centro de Convenções do Cariri constituído democraticamente até o final do primeiro ano do presente Plano, assegurada a composição paritária do mesmo [poder público e sociedade civil organizada], com seu ato constitutivo sendo submetido à apreciação do Colegiado do Território da Cidadania do Cariri.</p> <p>Plano de requalificação do setor hoteleiro do Cariri elaborado até o final do segundo ano de vigência do presente PTDS.</p> <p>Plano de requalificação dos serviços de bares e restaurantes do Cariri elaborado até o final do segundo ano do presente PTDS.</p>
<b>Objetivo 3</b>   Contribuir para a recuperação, preservação e uso sustentável dos recursos naturais do Território, a partir de uma perspectiva integradora e biocêntrica de desenvolvimento.	
<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>METAS</b>
Ampliar as ações de prevenção, controle e monitoramento de queimadas e combate aos incêndios florestais no Território.	<p>29 novas equipes de Brigada de Incêndio implantadas.</p> <p>580 moradores e moradoras de comunidades rurais capacitados para atuarem, voluntariamente, como amigos da floresta.</p> <p>Uma cartilha sobre o tema editada e distribuída nas escolas das redes públicas de ensino estadual, municipais e particulares do Território, para ser usada como material didático auxiliar.</p>



	<p>Realizar pelo menos uma atividade de orientação para agricultores/as sobre os procedimentos para obtenção da autorização e uso controlado de fogo, em cada comunidade rural do Território.</p>
<p>Implementar um conjunto de políticas públicas apropriadas para a convivência com os biomas do Cariri.</p>	<p>Elaboração, até o final do segundo ano de vigência do presente Plano, de um diagnóstico sobre a produção extrativista e de produtos da sociobiodiversidade pelas populações tradicionais da Floresta Nacional do Araripe.</p> <p>Elaboração, até o final do segundo ano de vigência do presente Plano, de um diagnóstico sobre a produção extrativista e de produtos da sociobiodiversidade pelas populações do bioma Caatinga no âmbito do Território.</p> <p>Elaboração de um Plano de Manejo Sustentável para cada um dos biomas do Território até o final do quarto ano desse PTDS.</p> <p>Inserção de 150 famílias de agricultores familiares nas políticas de garantia de preços mínimos para os produtos de extrativismo da Chapada do Araripe.</p>
<p>Preservar e recuperar a agrobiodiversidade, qualificando o uso de sistemas de produção, agroflorestais, extração e manejo sustentável, observando as especificidades de cada comunidade e de cada bioma.</p>	<p>Estruturação e fortalecimento de uma rede local da sociedade civil voltada ao resgate, conservação, intercâmbio e uso da agrobiodiversidade, visando favorecer a articulação com outras redes e com as iniciativas governamentais pertinentes ao tema.</p> <p>Ampliação do número de áreas agroflorestais no Território em no mínimo 50% até o final da vigência do presente Plano.</p> <p>Criação de uma rede de coletores e de trocas de sementes e mudas florestais no Cariri.</p>





	<p>Pelo menos 01 viveiro comunitário implantado em cada município do Território até o final do terceiro ano de vigência desse PTDS.</p> <p>Requalificação do Plano de Manejo da Chapada Nacional do Araripe.</p>
<b>Objetivo 4  </b> Apoiar os empreendimentos da Economia Solidária, assegurando sua implementação como estratégia de promoção do desenvolvimento sustentável para o campo e para a cidade.	
<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>METAS</b>
<p>Criar sistema de financiamento próprio acessível e adequado por meio de bancos comunitários, cooperativas de crédito solidário e fundos rotativos e solidários.</p>	<p>Implantação de pelo menos 03 experiências piloto de Banco Comunitário de Desenvolvimento até o final da vigência desse Plano, assegurada pelo uma experiência por microterritório.</p> <p>Apoio à criação de, no mínimo, 29 Fundos Rotativos Solidários ao longo dos oito anos desse Plano.</p>
<p>Desenvolver ações de apoio à formação e à qualificação profissional para a gestão de empreendimentos socioeconômicos de base solidária.</p>	<p>Mapeamento dos empreendimentos econômicos de base solidária do Território realizado até o final do segundo ano do presente Plano.</p> <p>Elaboração de um Plano de Formação e Capacitação Social e Profissional de trabalhadores/as para a Economia Solidária, até o final do terceiro ano do presente PTDS.</p> <p>Apoio à organização produtiva de 58 empreendimentos econômicos solidários e/ou associativos, sendo, no mínimo, 50% de mulheres e jovens ou grupos de mulheres e jovens.</p>
<p>Incentivar a criação de Sistemas Municipais de Economia Solidária, contemplando a gestão, o controle social e o financiamento.</p>	<p>100% dos municípios do Território com Plano Municipal de Economia Solidária elaborado até o final do presente PTDS.</p> <p>100% dos municípios do Território com Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária instituído até o final do presente Plano.</p>



	100% dos municípios do Território com Conselho Municipal de Economia Solidária instituído até o final do presente Plano.
<b>Objetivo 5</b>   Promover o etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude do campo, das cidades e da floresta, através da organização produtiva e econômica.	
<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>METAS</b>
Ampliar o acesso à educação, formação e capacitação profissional e tecnológica, pesquisa e extensão direcionadas à agricultura familiar de base agroecológica, tendo como públicos prioritários mulheres, jovens e comunidades tradicionais.	Pelo menos 01 Escola de Família Agrícola [EFA] em funcionamento até o quarto ano de vigência do presente Plano.
Fomentar a organização e consolidação dos grupos produtivos de mulheres e jovens rurais do Território.	100 grupos produtivos formais e/ou informais de mulheres com assessoria técnica permanente nas áreas de produção, comercialização e gestão.
Ampliar a participação dos povos e comunidades tradicionais no abastecimento dos mercados locais e regionais e das compras institucionais.	Mapeamento das comunidades extrativistas do Cariri realizado até o final do segundo ano do presente Plano.  100% das comunidades quilombolas do Território incluídas no PAA e PNAE até o quarto ano de vigência do presente Plano.  100% das comunidades extrativistas do Território incluídas no PAA e PNAE até o quarto ano de vigência do presente Plano.  Estudo técnico das oportunidades e possibilidades de inserção dos povos e comunidades tradicionais do Território realizado até o final do segundo ano desse PTDS.
Apoiar a implantação de projetos de produção agroecológica desenvolvida pelas mulheres.	29 projetos apoiados integralmente, com financiamento, custeio e assessoria técnica para produção,



	acesso a mercados e gestão, até o final da vigência do presente Plano.
Promover ações de capacitação para as mulheres nos temas: acesso a crédito, assistência técnica, elaboração de projeto, artesanato, hortas comunitárias, criação de pequenos animais, produção de alimentos de base ecológica, beneficiamento e qualificação da produção.	<p>Realização de 29 atividades formativas para agricultoras e gestores/as sobre gênero e as políticas públicas estratégicas que integram o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO).</p> <p>Capacitação de 120 técnicos/as, lideranças e agricultoras sobre linhas de financiamento específicas para as mulheres, com foco na produção orgânica e de base agroecológica.</p> <p>Capacitação de 29 operadores de crédito nas linhas de financiamento específicas para as mulheres e jovens, com foco na produção orgânica e de base agroecológica.</p>



EIXO 2   Governança Fundiária e Acesso a Terra	
Objetivo 1   Democratizar o acesso à terra e aos recursos naturais.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Desapropriar terras para fins de reforma agrária.	<p>Atualização do mapeamento dos imóveis passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária no Território do Cariri até o final do segundo ano de vigência do presente Plano.</p> <p>50% dos imóveis mapeados com processo de desapropriação iniciado até o final da vigência do presente Plano.</p> <p>Garantir, até o final de 2018, o assentamento de 100% das famílias acampadas atualmente no Território.</p>
Fortalecer o Programa Nacional de Crédito Fundiário [PNCF] para assentamento de famílias, como estratégia complementar à reforma agrária.	<p>60% dos imóveis em processo de aquisição atualmente, solucionados até o final da vigência do presente Plano.</p> <p><b>06</b> novos imóveis adquiridos ao longo da vigência do presente Plano.</p> <p>01 audiência pública territorial realizada até o final de 2017.</p> <p>03 audiências microterritoriais realizadas até outubro de 2017.</p>
Melhorar a infraestrutura social e econômica dos assentamentos de reforma agrária e do crédito fundiário.	<p>Mapeamento dos assentamentos em todo território do Cariri, identificando as dificuldades de ordem social, estrutural e etc (INCRA e PNCF)</p> <p><b>100%</b> dos projetos de assentamento do Território atendidos ao longo da vigência do presente Plano.</p>



Retomar as terras públicas ocupadas de forma irregular e ilegítima no Território e destiná-las para o assentamento de novas famílias.	<b>100%</b> das terras devolutas do Cariri mapeadas até o final do segundo ano de vigência do presente PTDS.
Promover diagnóstico fundiário completo de cada município do Cariri, contribuindo para a governança fundiária local.	<b>100%</b> dos municípios atendidos até o quarto ano da vigência do presente PTDS.  100% dos imóveis rurais do Território com Cadastro Ambiental Rural [CAR] realizado até o final do primeiro ano do presente Plano.
<b>Objetivo 2</b>   Promover o etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude do campo e da floresta, por meio da garantia do acesso à terra.	
<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>METAS</b>
Assegurar o assentamento prioritário de jovens rurais em vagas abertas em PAs já consolidados e nas novas áreas de reforma agrária implantadas no Território.	Pelo menos <b>30%</b> das vagas abertas em PAs já consolidados destinadas ao assentamento de jovens rurais, observada a paridade de gênero.  Pelo menos <b>30%</b> das vagas nas novas áreas de reforma agrária destinadas ao assentamento de jovens rurais, observada a paridade de gênero.  Pelo menos dois eventos de formação/sensibilização de jovens por microterritório, voltados à compreensão do acesso à terra como direito de cidadania.
Regularizar todas as áreas quilombolas do Território.	Atualização do mapeamento das comunidades quilombolas do Cariri até final do segundo ano do PTDS.  <b>100%</b> das áreas regularizadas até o final da vigência do presente PTDS.



<p>Promover a sucessão rural incentivando a permanência da juventude no campo, realizando mudanças nas normativas, para assegurar a participação dos/as jovens que vivem no campo ou na cidade nos programas de acesso à terra.</p>	<p>No mínimo 1.500 jovens de até 29 anos beneficiados diretamente com as ações de sucessão rural no Cariri até o último ano da vigência deste Plano.</p>
<p>Garantir a permanência da titularidade da terra em nome das mulheres nos programas de reforma agrária, crédito fundiário e regularização fundiária em caso de violência e/ou separação.</p>	<p>Realizar campanha territorial e encampar Campanha Nacional pela Ampliação do Direito à Terra para as Mulheres do Campo, a ser lançada até junho de 2018.</p> <p>Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre a matéria, a ser apresentado ao Congresso Nacional até junho de 2019.</p>



EIXO 3   Formação Cidadã e Organização Social	
<b>Objetivo 1</b>   Promover a participação social nos processos de planejamento, execução e avaliação das políticas públicas territoriais e microterritoriais [locais].	
ESTRATÉGIAS	METAS
Reorganizar e fortalecer as diversas instâncias do Colegiado Territorial, dotando-as de condições adequadas ao seu pleno funcionamento.	Plano de Trabalho Bienal do Núcleo Dirigente, incluindo metas físicas e financeiras, elaborado e submetido à apreciação do Colegiado Territorial na primeira Plenária de cada biênio.  <b>100%</b> dos Comitês Temáticos e Setoriais instalados e em funcionamento até o final do segundo ano de vigência do presente Plano.  Núcleos Técnicos e Grupos de Trabalho permanentes ou temporários instalados de acordo com as demandas surgidas.
Assegurar a divulgação de forma sistemática das ações e dos resultados do processo de desenvolvimento territorial e local [municipal], utilizando-se dos diferentes meios de comunicação.	Fortalecimento e ampliação do papel do blog oficial do Território da Cidadania do Cariri como espaço de divulgação de informações, partilha de documentos e debate de ideias;  Ampliação da presença da Estratégia Territorial nas redes sociais.  Elaboração e execução de um Plano de Comunicação Estratégica do Território até o final de 2017.
Garantir a realização de consulta prévia às populações impactadas quando do planejamento de projetos estruturantes e/ou de impacto ambiental e/ou sociocultural.	<b>100%</b> dos projetos com as referidas características submetidos à consulta prévia.
Fortalecer os Conselhos de Políticas Públicas setoriais com atuação nos municipais do Cariri	Programa de Formação Continuada em Políticas Públicas e Controle Social elaborado até o final do primeiro semestre do segundo ano do presente Plano.





	Conselheiros de políticas públicas setoriais dos 29 municípios do Território capacitados de acordo com as metas do Programa de Formação Continuada.
Promover intercâmbios e troca de experiência com a participação dos diversos segmentos e representação da sociedade civil, visando o conhecimento e socialização de boas práticas de participação, gestão e controle social das políticas públicas.	No mínimo uma atividade de intercâmbio e troca de experiência realizada a cada ano de vigência do presente Plano.
Assegurar na Lei Orçamentária Anual e na Execução Orçamentária dos municípios do Cariri, recursos destinados a viabilizar a participação da sociedade civil nos espaços de gestão pública e controle social, garantindo autonomia, transparência e efetividade nas dinâmicas de funcionamento destes espaços.	<b>100%</b> dos municípios do Cariri com dotação orçamentária dirigida à viabilização da participação da sociedade civil nos espaços de gestão pública e controle social.  Pelo menos <b>30%</b> dos municípios do Território com execução orçamentária anual superior a <b>2%</b> dos recursos destinados à viabilização da participação da sociedade civil nos espaços de gestão pública e controle social.
<b>Objetivo 2</b>   Contribuir para a democratização do acesso à informação e a ampliação dos espaços de comunicação de comunidades e grupos sociais em situação de vulnerabilidade.	
<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>METAS</b>
Apoiar projetos comunitários, municipais e regionais de disponibilização e promoção do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), com ênfase na qualificação dos seus usos.	Fazer um mapeamento das casas digitais.  <b>20%</b> das comunidades rurais do Território com CAJA's implantadas até o último ano da vigência desse Plano.  <b>Universalizar</b> o atendimento a escolas públicas urbanas e rurais do Território com internet banda larga até o último ano da vigência desse Plano.



<p>Assegurar, em ambiente único, o livre acesso a um conjunto de informações e indicadores demográficos, sociais, econômicos, culturais e ambientais sobre o Território.</p>	<p>Uma plataforma web, com dados/indicadores sobre o Território, desenvolvida e em funcionamento até o final do segundo ano do presente Plano.</p> <p>Assegurar a ampla divulgação da existência e possíveis usos da plataforma.</p>
<p><b>Objetivo 3</b>   Promover o etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude do campo, das cidades e da floresta, por meio do acesso à formação, à organização social e à cidadania.</p>	
<p><b>ESTRATÉGIAS</b></p>	<p><b>METAS</b></p>
<p>Garantir a participação da juventude, das mulheres e das comunidades tradicionais no Colegiado do Território do Cariri.</p>	<p>Criação e/ou fortalecimento dos comitês temáticos de juventude, mulheres e comunidades tradicionais no âmbito do Território do Cariri.</p>
<p>Incentivar a implantação de conselhos e secretarias municipais de Políticas Públicas para Juventude, no intuito de fortalecer, efetivar e desburocratizar as políticas públicas voltadas para a juventude.</p>	<p>No mínimo <b>30%</b> dos municípios do Território com Secretarias de Juventude ou equivalente criadas</p> <p>No mínimo <b>60%</b> dos municípios com Conselhos instituídos até o final da vigência do presente Plano.</p>
<p>Incentivar a implantação de conselhos e secretarias municipais de Políticas Públicas para Mulheres, no intuito de fortalecer, efetivar e desburocratizar as políticas públicas voltadas para as mulheres.</p>	<p>No mínimo <b>30%</b> dos municípios do Território com Secretarias de Mulheres ou equivalente criadas</p> <p>No mínimo <b>60%</b> dos municípios com Conselhos instituídos até o final da vigência do presente Plano.</p>
<p>Criar mecanismos de reconhecimento das parteiras, benzedeadas, curandeiras e afins, assim como das medicinas tradicionais oriundas/praticadas pelos povos e comunidades tradicionais.</p>	<p>Realização de um Encontro anual de Saberes e Fazeres das Comunidades e Povos Tradicionais do Cariri cearense.</p> <p>Produção, até o último ano de vigência do presente Plano, de um documentário [audiovisual] sobre os Saberes e Fazeres das Comunidades e Povos Tradicionais do Cariri cearense.</p> <p>Promover a incorporação dessas práticas às Políticas Públicas locais.</p>



<p>Mapear as práticas e expressões artísticas e culturais dos povos e comunidades tradicionais, incluídos os povos de terreiro, por meio de estudos e pesquisas dirigidas.</p>	<p>Mapeamento finalizado até o terceiro ano de vigência deste PTDS.</p> <p>Mapeamento publicado até o quinto ano de vigência deste PTDS.</p> <p>Produção, até o último ano de vigência do presente Plano, de um documentário [audiovisual] sobre os elementos identitários, as práticas e expressões artísticas e culturais dos povos e comunidades tradicionais do Cariri.</p> <p>Promover a incorporação dessas práticas às Políticas Públicas locais.</p>
<p>Promover ações voltadas à elevação da escolaridade integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação social e cidadã para jovens de 18 a 29 anos.</p>	<p>Redução da taxa média de analfabetismo entre jovens residentes nos municípios do Território, em pelo menos <b>50%</b>, até 2024.</p>
<p><b>EIXO 4   Infraestrutura e Serviços Públicos</b></p>	
<p><b>Objetivo 1  </b> Assegurar a inclusão social de comunidades urbanas e rurais do Território, através da ampliação e requalificação da oferta de serviços de saúde, educação e assistência social.</p>	
<p><b>ESTRATÉGIAS</b></p>	<p><b>METAS</b></p>
<p>Fortalecer a atenção primária como coordenadora e ordenadora das redes de saúde, integrada aos saberes populares.</p>	<p>Universalizar, até o final da vigência do presente Plano, a atenção básica, assegurando a oferta de Unidades Básicas de Saúde, dotadas de infraestrutura e profissionais habilitados para atender as demandas apresentadas no Território.</p> <p>100% dos municípios do Território com Taxa de Mortalidade Infantil [TMI] igual ou inferior à média do estado até 2020.</p> <p>100% dos municípios do Território com população maior ou igual a 80 mil habitantes com seus Comitês de Prevenção da Mortalidade Infantil instalados e</p>



	<p>em funcionamento até o final do primeiro ano de vigência desse PTDS.</p> <p>100% dos municípios do Território com população menor que 80 mil habitantes com suas Comissões Técnicas de Prevenção da Mortalidade Infantil instaladas e em funcionamento até o final do primeiro ano de vigência desse PTDS.</p>
Melhorar e ampliar a participação e o controle social dos serviços de saúde no Território.	<p>100% dos municípios do Território com Serviço de Ouvidoria instalado e em funcionamento até o quarto ano deste PTDS.</p> <p>Fórum de conselheiros municipais de Saúde do Cariri instalado até o final do segundo ano de vigência do presente Plano.</p>
Ampliar a oferta dos serviços de referência de Assistência Social, levando em consideração a implantação do serviço de Proteção Social Básica na zona rural e a criação de equipes volantes do CRAS.	Mapeamento das demandas de ampliação dos serviços de referência, incluindo unidades de CREAS e CRAS, realizado até o último ano de vigência do presente Plano.
Assegurar a acessibilidade arquitetônica nas escolas da educação básica para atender pessoas com deficiência.	<p>No mínimo 50% das escolas urbanas e rurais já construídas, adaptadas até o último ano desse PTDS.</p> <p>100% das escolas construídas a partir do primeiro ano de vigência do presente Plano, dentro das normas técnicas de acessibilidade arquitetônica vigentes.</p>
Garantir às famílias acampadas em áreas rurais e urbanas, condições de sobrevivência até o seu assentamento.	<p>Inserção, no CadÚnico, de 100% dos acampados/as no Território que atendem os critérios estabelecidos na legislação e nas normas correlatas.</p> <p>100% dos municípios do Cariri com assistência a famílias acampadas prevista na legislação local que regulamenta a concessão de benefícios eventuais.</p>



<p>Garantir formação continuada de profissionais da educação, numa perspectiva sistêmica, contextualizada, crítica e dialética.</p>	<p>100% dos municípios com inclusão de abordagens sistêmicas, contextualizadas, críticas e dialéticas na agenda de suas respectivas Semanas Pedagógicas e outras atividades de formação de profissionais da educação.</p> <p>20% dos profissionais de cada município atendidos até o último ano do presente PTDS, com ênfase nessa perspectiva.</p>
<p>Ampliar e fortalecer, no âmbito do Território, as ações de captação de órgãos e tecidos para transplantes e assegurar a atenção adequada aos pacientes em espera por transplante ou transplantados.</p>	<p>Ampliação da média anual de captações realizadas pela equipe de Organização de Procura de Órgãos (OPO) do Hospital Regional do Cariri em 40% a partir do segundo ano de vigência do presente PTDS.</p> <p>Produção de VT's e spots de campanha permanente sobre doação de órgãos e tecidos no Cariri, para veiculação nas TVs e rádios do Território.</p> <p>Universalização do tratamento de pacientes em espera por transplante e transplantados até 2024.</p> <p>Universalização do transporte adequado de pacientes em espera por transplante e transplantados até 2018.</p>
<p>Reformular, em diálogo com a sociedade, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) de escolas públicas, do campo e da cidade, para que esteja centrado nos modos de vida da população local, reconhecendo e valorizando a cultura, a identidade e os saberes tradicionais das comunidades.</p>	<p>No mínimo 30% das escolas públicas do Território com PPP reformulado até 2024.</p>
<p>Ampliar a oferta de serviços de atenção e vigilância em saúde do trabalhador no âmbito do Território do Cariri.</p>	<p>02 novos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) implantados até o último ano do presente PTDS.</p>



	<p>01 Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) categoria A, implantado até o quarto ano de vigência desse Plano.</p>
<p>Assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, nos termos da Lei 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).</p>	<p>100% dos municípios do Território com Cadastro de Pessoas com Deficiência implantado até o segundo ano da vigência desse PTDS.</p> <p>Programa de formação continuada de servidores públicos sobre o Estatuto do Pessoa com Deficiência elaborado até o segundo ano do presente Plano.</p> <p>Cartilha sobre a Lei 13.146/15 distribuída em 100% das escolas de ensino fundamental e médio e instituições de ensino superior, públicas e particulares do Território, até o segundo ano de vigência desse PTDS.</p>
<p>Fortalecer as práticas integrativas e complementares do Sistema Único de Saúde no âmbito do Território.</p>	<p>29 “farmácias vivias” implantadas até o final do presente Plano.</p> <p>03 laboratórios fitoterápico implantados até o último ano do presente Plano.</p> <p>Mapeamento de rezadeiras/rezadores, parteiras e mezinheiras/mezinheiros do Território realizado até 2019.</p>
<p>Ampliar a oferta de serviços de atendimento de urgência e emergência na Saúde, assegurada a sua distribuição equitativa no Território.</p>	<p>Mapeamento das demandas por Unidade de Pronto Atendimento (UPA), com base nas normas do MS, realizado até o final de 2018.</p> <p>Mapeamento das demandas por Salas de Estabilização (SE), com base nas normas do MS, realizado até o final de 2018.</p> <p>Mapeamento das demandas por unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), com base nas normas do MS, realizado até o final de 2018.</p>



	Atendimento de pelo menos 50% das demandas identificadas em cada um dos mapeamentos anteriores, até o final da vigência desse Plano.
Fortalecer o papel dos Conselhos Tutelares com órgãos encarregados de zelar cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.	<p>100% dos conselheiros tutelares dos municípios do Território com pelo menos uma capacitação básica sobre direitos da criança e do adolescente e papel do Conselho Tutelar recebida até o segundo ano de vigência do presente Plano.</p> <p>100% dos municípios do Território com Sistema de Informações sobre Infância e Adolescência (SIPIA) instalado e em funcionamento até o segundo ano do presente PTDS.</p> <p>100% dos conselheiros tutelares dos municípios do Território capacitados para o uso correto do SIPIA.</p>
<b>Objetivo 2</b>   Ampliar a infraestrutura e a mobilidade de qualidade, necessárias ao desenvolvimento sustentável do Território.	
<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>METAS</b>
Garantir infraestrutura de energia adequada no meio rural, com diversificação das fontes e priorização daquelas de base renovável.	<p>Ampliação da oferta de energia para produção em comunidades rurais do Território em no mínimo 30%.</p> <p>Pelo menos 20% dos novos investimentos em energia para a produção rural no Território tendo por base tecnologias renováveis.</p>
Melhorar e interligar a infraestrutura viária para escoamento de produção do Território.	Mapeamento das demandas por abertura e recuperação de estradas vicinais e rodovias necessárias ao escoamento da produção, realizado até o final do segundo ano do presente PTDS.
Implantar e fortalecer os sistemas de saneamento básico e gestão dos resíduos sólidos, priorizando comunidades em situação de exclusão e vulnerabilidade social.	Ampliação do número de ligações domiciliares de esgoto no Território em pelo menos 30% até o final da vigência do presente Plano.





	<p>No mínimo 30% dos municípios do Territórios com Programas de Coleta Seletiva implantados até o último ano do presente Plano.</p> <p>100% dos municípios do Território com Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) elaborado até o final de 2020.</p> <p>10 mini aterros sanitários consorciados implantados até o final da vigência do presente Plano, na proporção de um equipamento para cada grupo de dois municípios com população de até 40 mil habitantes cada.</p>
Promover a requalificação da Central de Abastecimento do Cariri (CEASA), dando-lhe novos usos e ampliando a presença dos produtos da agricultura familiar e de base orgânica.	Plano de Requalificação elaborado e em execução até o segundo ano da vigência desse PTDS.
<b>Objetivo 3</b>   Promover o direito à cidade para todos, priorizando o cumprimento da função social da cidade e da propriedade.	
<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>METAS</b>
Promover a acessibilidade nos equipamentos públicos comunitários <sup>7</sup> e nas sedes de órgãos públicos municipais, estaduais e federais do Território, priorizando os municípios integrantes da Região Metropolitana do Cariri (RMC).	<p>100% dos prédios públicos municipais, estaduais e federais já construídas nos nove municípios da RMC, adaptadas até o final da vigência deste PTDS.</p> <p>100% dos prédios públicos municipais, estaduais e federais construídos a partir do primeiro ano de vigência do presente Plano, dentro das normas técnicas de acessibilidade arquitetônica vigentes.</p> <p>50% dos equipamentos públicos comunitários já construídas nos nove municípios da RMC, adaptadas até o final da vigência deste PTDS.</p>

<sup>7</sup> Consideram-se equipamentos públicos comunitários as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, segurança pública, abastecimento, serviços funerários e congêneres.



	100% dos equipamentos públicos comunitários construídos a partir do primeiro ano de vigência do presente Plano, dentro das normas técnicas de acessibilidade arquitetônica vigentes.
<p>Aprimorar a gestão e os mecanismos de garantia do direito à cidade para todos e de cumprimento da função social da cidade e da propriedade no âmbito de cada município.</p>	<p>100% dos municípios da Região Metropolitana do Cariri com Planos Diretores Participativos elaborados ou atualizados até 2019.</p> <p>Mapeamento das demandas de Usucapião Especial de Imóvel Urbano realizado em 100% dos municípios do Território até o final do segundo ano do presente Plano.</p> <p>No mínimo 50% dos imóveis identificados como passíveis da aplicação do Usucapião Especial de Imóvel Urbano com situação regularizada até 2024.</p>
<p><b>Objetivo 4</b>   Contribuir para o reconhecimento e valorização da diversidade cultural do Cariri, nas suas dimensões simbólica, econômica e de cidadania, tendo-a como lastros para o desenvolvimento sustentável do Território.</p>	
ESTRATÉGIAS	METAS
<p>Ampliar o acesso da população do Território a bens e serviços culturais, priorizando municípios e comunidades com maior nível de exclusão em relação a esse acesso.</p>	<p>No mínimo 30% dos municípios do Cariri com sala de cinema instalada e em funcionamento até 2024.</p> <p>29 novas Bibliotecas Comunitárias implantadas até o último ano de vigência do presente PTDS.</p> <p>Realização de uma edição anual do Festival Itinerante da Cultura Popular Tradicional do Cariri.</p>
<p>Assegurar a implantação de Sistemas Municipais de Cultura como estratégia para o fortalecimento da gestão, do financiamento e do controle social das Políticas Públicas de Cultura no Território.</p>	<p>100% dos municípios do Território com Plano Municipal de Cultura elaborado ou atualizados até o final de 2020.</p> <p>100% dos municípios do Território com Fundo Municipal de Cultura instituído e em funcionamento até o final de 2020.</p>



	100% dos municípios do Território com Conselho Municipal de Cultura instalado e em funcionamento até o final de 2020.
Identificar, reconhecer, valorizar e evidenciar o patrimônio material e imaterial do Cariri cearense.	<p>Mapeamento do patrimônio material arquitetônico do Cariri realizado até o terceiro ano de vigência do presente Plano.</p> <p>Pelo menos 30% dos municípios do Território com Leis Municipais de Incentivo à Preservação do Patrimônio Arquitetônico instituída até o último ano desse PTDS.</p> <p>Mapeamento do patrimônio imaterial do Cariri realizado até o quarto ano de vigência do presente Plano.</p>
<b>Objetivo 5</b>   Promover o etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude do campo, das cidades e da floresta, por meio da qualificação das políticas e serviços públicos.	
<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>METAS</b>
Implantar, implementar e fortalecer políticas, programas e projetos voltados aos povos e comunidades tradicionais.	Destinação de no mínimo 20% dos recursos de investimentos em infraestrutura produtiva no Território, com recursos oriundos dos três níveis de governo, para povos e comunidades tradicionais.
Promover ações de capacitação continuada e o fortalecimento das organizações de base dos povos e comunidades tradicionais [PCT's] para elaborar e gerir projetos e recursos.	Programa de capacitação continuada de PCT's do Território elaborado até o final do segundo ano de vigência do presente Plano.
Promover o combate e a prevenção à violência contra as mulheres do campo, da cidade, da floresta e de comunidades tradicionais, incluindo a aplicação da lei Maria da Penha.	<p>10 novos Centros de Referência e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência construídos, equipados e em funcionamento até o final da vigência do presente Plano.</p> <p>No mínimo 50% dos municípios do Território com serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência até 2024.</p>



	<p>03 Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência para atender as mulheres do campo, da floresta e das comunidades tradicionais do Cariri em funcionamento até o quarto ano de vigência do presente PTDS.</p> <p>Capacitação continuada de 100% das profissionais envolvidas em serviços de atendimento direto às mulheres vítimas de violência no Território, com destaque às especificidades das mulheres do campo, da floresta, de comunidades tradicionais, negras e lésbicas.</p>
<b>EIXO 5   Gestão de Recursos Hídricos</b>	
<b>Objetivo 1  </b> Contribuir para o aprimoramento dos processos de gestão dos recursos hídricos no Território, tendo como referências a democratização do acesso e o uso sustentável dos mesmos.	
<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>METAS</b>
Ampliar a capacidade de acumulação e de transferência hídrica para consumo humano e produção de alimentos no Território.	<p>Mapeamento da demanda de construção de barragens no Território realizado até o final do segundo ano do presente Plano.</p> <p>Mapeamento da demanda de construção de adutoras no Território realizado até o final do segundo ano do presente Plano.</p> <p>Manter atualizado o índice de universalização de cisternas para consumo humano e para produção de alimentos.</p>
Priorizar a execução de intervenções de abastecimento de água no Território, com ênfase em comunidades com piores índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória.	50% das comunidades priorizadas, atendidos até o final da vigência do presente PTDS.



<p>Promover o monitoramento sistemático do uso das águas dos reservatórios de pequeno, médio e grande porte do Território, priorizando seus usos para consumo humano, dessetentação animal e irrigações de pequeno porte.</p>	<p>01 Relatório de Monitoramento por reservatório gerado a cada três meses e encaminhado às instâncias responsáveis pela gestão, controle e avaliação do uso das águas no Território.</p> <p>Realizar um trabalho educativo com as comunidades sobre o uso racional da água e conservação das fontes naturais existentes no território.</p> <p>Implantar um programa de recuperação e preservação de nascentes e fontes.</p>
<p>Revitalizar as bacias hidrográficas do Território, priorizando a recuperação e conservação das matas ciliares.</p>	<p>600 km de matas ciliares recuperados até o último ano de vigência do presente Plano.</p> <p>Implantar um programa de microbacia hidrográfica</p> <p>Reflorestar além das margens dos rios, a montante e jusante de açudes.</p>
<p>Apoiar a difusão, no âmbito do Território do Cariri, do Sistema de Bio-água Familiar.</p>	<p>Pelo menos 600 novas unidades do Sistema instaladas e em funcionamento até o último ano da vigência do presente Plano.</p>
<p>Fortalecer o trabalho do Comitê das Sub-Bacias Hidrográficas do Salgado e do Alto Jaguaribe e das Comissões Gestoras das Fontes e Açudes do Território.</p>	<p>Edição de uma cartilha sobre o Comitê das Sub-Bacias Hidrográficas do Salgado e do Alto Jaguaribe para distribuição em escolas, associações, grupos de pescadores, irrigantes e outros públicos.</p> <p>Em média, 10 encontros anuais realizados por cada Comissão Gestora de Fontes e Açudes em escolas de ensino fundamental e médio de sua área de atuação.</p>
<p>Promover o amplo diálogo e a divulgação do Projeto de Lei (PL) de iniciativa do Governo do Estado do Ceará, que dispõe sobre diretrizes e normas para a conservação e recuperação dos mananciais das bacias hidrográficas do Estado do Ceará e dá outras providências.</p>	<p>Plenária do Colegiado do Território do Cariri para apresentação e discussão do “PL dos Mananciais”, realizada no segundo semestre de 2017.</p> <p>Realização de 03 encontros microterritoriais para discussão do “PL dos Mananciais” com as populações locais, ao longo do segundo semestre de 2017.</p>



<p>Assegurar tarifa diferenciada com preço compatível com a capacidade de pagamento da população local, para as águas da transposição do Rio São Francisco captadas na Bacia do Salgado e que as mesmas sejam utilizadas dentro dos limites do Território Cariri.</p>	<p>100% da população ribeirinha afetada pela obra, com acesso à água e tarifa diferenciada a partir do início da obra de transposição.</p>
<p>Assegurar o monitoramento do progresso das ações no setor hídrico no Território, através de metodologias interdisciplinares que envolvam tanto avaliações quantitativas quanto qualitativas.</p>	<p>100% dos municípios do Território com Índice de Pobreza Hídrica (IPH) identificado até o final do segundo ano do presente Plano.</p> <p>100% dos municípios do Território com IPH atualizado a cada três anos.</p>
<p>Implantar um conjunto de políticas regionais apropriadas tendo em vista a preservação e controle da exploração dos aquíferos de águas subterrâneas, incluindo também a preservação das fontes naturais do Território Cariri.</p>	<p>Estruturação e fortalecimento das secretarias municipais de Meio Ambiente.</p> <p>Criação do Conselho Regional de Meio Ambiente, para apoiar, monitorar e fiscalizar as ações das secretarias municipais de Meio Ambiente.</p>
<p><b>Objetivo 2</b>   Promover o etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude do campo, das cidades e da floresta, por meio da garantia do acesso à água.</p>	
<p><b>ESTRATÉGIAS</b></p>	<p><b>METAS</b></p>
<p>Assegurar prioridade às comunidades e povos tradicionais do Território na execução de projetos de abastecimento d'água para consumo humano e produção da agricultura familiar.</p>	<p>Mapeamento das necessidades de água para consumo humano de comunidades e povos tradicionais realizado até o final do primeiro ano desse PTDS.</p> <p>100% das comunidades quilombolas do Território com sistema de abastecimento de água para consumo humano implantados e em funcionamento até o final da vigência do presente Plano.</p>



Foto | Joelmir Pinho

# **CAPÍTULO III**

## **GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO**





Criado em 2008, o Programa Territórios da Cidadania foi concebido como uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e de garantia de direitos sociais voltada às regiões do país que mais precisam. O objetivo é levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Em tese, o Programa integra ações dos governos Federal, estaduais e municipais.

Os territórios foram definidos com base em conjuntos de municípios com características econômicas e ambientais comuns e com identidade e coesão social, cultural e geográfica. Em cada território, um Colegiado Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinava, com maior ou menor grau de envolvimento e *empoderamento* dos diversos atores locais, um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações.

Uma Matriz de Ações era apresentada todo ano em cada Território, contendo as ações ofertadas pelo Governo Federal, com dados descritivos, metas e valores territorializados. Em seguida, o Comitê de Articulação Estadual realizava e coordenava o Debate Territorial com os colegiados e indicava demandas e prioridades com base em seus Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

Na etapa seguinte, a partir das indicações dos Colegiados, o Governo ajustava e complementava a Matriz, produzindo o Plano de Execução, base para o monitoramento e o controle social das ações pactuadas. Relatórios de Execução disponíveis no Portal da Cidadania detalhavam estágios da execução e as providências adotadas.

A partir da análise da realidade e dos próprios dados disponíveis sobre a experiência, podemos facilmente concluir que entre a concepção do Programa e o seu funcionamento efetivo ainda há uma enorme distância, com variações de um Território para outro. No atual governo o Programa Territórios da Cidadania foi sendo, gradativamente esvaziado, até seu abandono total, ainda que não exista um ato oficial de extinção do Programa.

Assim, o antes Território da Cidadania do Cariri assume agora o nome de Território do Cariri, passando a dialogar de forma mais direta, no âmbito governamental, com a proposta trazida pela Coordenadoria de Desenvolvimento Territorial e Combate à Pobreza Rural [CODET], vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, sem que isso signifique limitar a estratégia territorial no Cariri ao que propõe o Governo do Estado do Ceará.

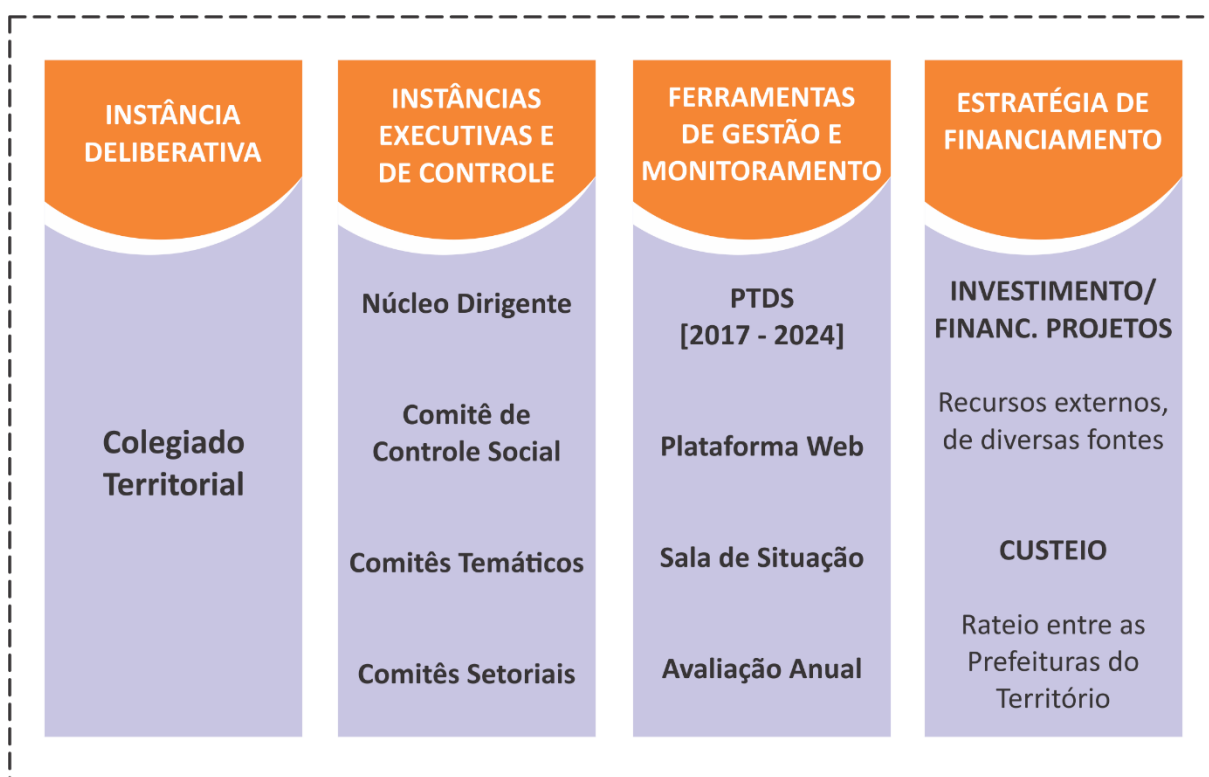
Diante desse novo cenário precisamos assumir com urgência o desafio da ampliação e fortalecimento dos espaços e estratégias de participação efetiva (real), ainda bem aquém da própria concepção de desenvolvimento territorial adota, outrora pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, e agora pelo Governo do Estado do Ceará. Isso decorre, dentre outras questões, da frágil cultura de participação e da descrença da sociedade quanto à capacidade do Estado de responder a suas necessidades.



Some-se a isso, o imediatismo e a pouca importância dada pelos governos locais aos processos dialógicos e participativos como opção para a busca de soluções para os diversos problemas enfrentados por cada município que integra o Território.

Um importante diálogo, predecessor de todas as outras e já iniciada durante o percurso de elaboração do presente Plano, refere-se à pergunta sobre que “modelo” de desenvolvimento queremos para o nosso Território. Em que princípios e valores iremos ancorar nossa caminhada institucional e coletiva de agora em diante?

Vale destacar que o Território pode ser uma importante ferramenta de pactuação e gestão de Políticas Públicas. Nessa nova etapa da estratégia territorial no Cariri cearense precisaremos ainda definir um desenho e organização interna, a partir do Colegiado Territorial como instância deliberativa maior.



**Elaboração:** Equipe de assessoria do NEDET

Na figura acima está apresentada uma síntese da nova proposta de organização política e administrativa interna do Território do Cariri, tendo por referência uma instância deliberativa, instâncias executivas e de controle, ferramentas de gestão e monitoramento e estratégias de financiamento.

Assim, o processo de gestão, acompanhamento e monitoramento do PTDS do Território do Cariri [2018-2025] se dará a partir de um conjunto de iniciativas integradas e complementares ente si, tendo como eixo o diálogo permanente entre as diversas instituições e organizações com atuação no Território e as instâncias do Colegiado Territorial, especialmente o Comitê de Controle Social, cuja criação está sendo aqui proposta.



Inicialmente propomos seis iniciativas que deverão ser submetidas à avaliação de todos e todas que tenham interesse em contribuir para seu aprimoramento, podendo-se ainda propor novos instrumentos e estratégias de gestão, acompanhamento e monitoramento.

Da mesma forma que nos tópicos anteriores, a intenção foi trazer à luz algumas contribuições iniciais para que tenhamos um ponto de partida, um fio da meada a seguir, sendo fundamental o envolvimento de todos e todas para o aprimoramento desse ponto de partida.

A ideia está posta. Resta agora aprimorá-la metodologicamente a partir da *práxis* e promover a capacitação dos diversos agentes públicos e privados envolvidos nesse processo pra esse novo e desafiador jeito de caminhar, lembrando sempre que não se constrói cidadania com miopia política e ausência de espírito democrático.

### **Comitê de Controle Social**

---

Trata-se da criação, dentro da estrutura do Colegiado do Território do Cariri, de um Comitê de Controle Social que terá como principal missão acompanhar e avaliar o cumprimento das metas estabelecidas para cada estratégia e a elaboração e execução das agendas ou planos operativos que servirão de base para a efetivação de cada meta. A composição, as atribuições mais específicas e a agenda de trabalho desse Comitê resultarão de diálogos internos da Plenária do Colegiado Territorial.

### **Comitês Temáticos e Setoriais**

---

Em diálogo estreito com o Comitê de Controle Social, cada Comitê Temático e Setorial exercerá função fiscalizadora e avaliadora em relação às metas que lhe sejam afetas, propondo, quando necessário, ajustes nas agendas ou planos operativos.

A proposta é que para cada um dos cinco eixos do presente Plano seja constituído um Comitê Temático, incorporando, à medida do possível, as atribuições dos já existentes na estrutura atual do Território. Já os Comitês Setoriais são aqueles ligados a mulheres, juventude, povos e comunidades tradicionais, dentre outros segmentos.

### **Plataforma Web**

---

Será desenvolvida uma Plataforma Web através da qual será possível disponibilizar para consulta pública os programas, projetos e atividades que estão sendo executados por instituições públicas e organizações da sociedade civil no Território, identificando a ação realizada, o responsável pela sua execução (instituição ou organização), a que eixo, estratégia e meta do PTDS ela se vincula e qual o seu impacto sobre a meta geral, de acordo com um banco de dados previamente cadastrado (eixos, estratégias e metas do Plano).

Para tanto, basta que a instituição ou organização solicite do administrador da Plataforma o seu *login* e *senha* de acesso à mesma. Cada ação cadastrada será vinculada a esse *login/senha*, possibilitando



que os visitantes da Plataforma conheçam as instituições e organizações responsáveis pela execução de cada ação, ampliando a transparência do processo de execução do PTDS e a visibilidade das instituições e organizações que estão, efetivamente, contribuindo para sua execução.

Será possível pensar ainda em várias opções de relatórios, inclusive a emissão de certidões/declarações, com assinatura/validação digital para cada instituição ou organização, o que poderá ser usado como prova de experiência ou de capacidade técnica em alguns editais e chamadas públicas de projetos.

### **Avaliações de resultado anuais**

---

Até o final do primeiro trimestre do ano subsequente o Colegiado Territorial se reunirá em sessão Plenária para avaliar os resultados da execução do presente PTDS no ano imediatamente anterior, a partir de relatório produzido pelo Comitê de Controle Social à luz de informações fornecidas por instituições e organizações com atuação no Território e daquelas disponibilizadas na Plataforma Web que integrará o conjunto de iniciativas de gestão, monitoramento e avaliação do Plano. Dessa plenária resultará documento a ser encaminhado a todas as instituições e organizações com assento no Colegiado Territorial e/ou com atuação no Território, incluídos os governos municipais estadual e federal e as casas legislativas dos respectivos níveis de governo.

### **Sala de situação**

---

Em um espaço físico, que poderá ser a sede do Colegiado Territorial - ou, na inexistência desta, qualquer outro espaço definido coletivamente - será montada uma Sala de Situação em que serão disponibilizadas várias informações sobre o Território, inclusive aquelas relacionadas ao cumprimento das metas do presente Plano, a partir dos dados disponibilizados pela Plataforma Web e por outras fontes.

Aqui se dará atenção especial ao desenho de redes institucionais/organizacionais, de projetos e de ações integradas em construção ou execução no Território, de modo a evidenciar a tessitura de novos processos de gestão territorial, mais líquidos, compartilhados e integrados.

### **Acompanhamento do Planejamento Municipal**

---

Essa estratégia de gestão, monitoramento e avaliação consiste em acompanhar os processos de elaboração e execução do orçamento público dos 29 municípios que integram o Território da Cidadania do Cariri, compreendendo o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a própria execução orçamentária, de modo a possibilitar o diálogo entre esses instrumentos de planejamento e gestão municipais e as estratégias e metas do presente PTDS.



## **Financiamento**

---

A proposta de financiamento do Plano está subdividida em dois eixos. Um trata do financiamento das ações que decorrerão do planejamento operativo da matriz de objetivos, estratégias e metas indicadas nesse documento. O outro refere-se ao próprio custeio do dia a dia da estratégia territorial no Cariri.

Enquanto o financiamento das metas poderá vir de múltiplas fontes, de acordo com cada plano operativo [ou agenda operacional], o custeio deverá resultar do rateio entre as prefeituras dos 29 municípios que integram o Território. A definição do valor da contribuição mensal de cada prefeitura deverá resultar de pacto a ser firmado ente seus representantes e a aplicação dos recursos deverá se dar de acordo com plano de trabalho anual elaborado pelo Núcleo Dirigente e submetido à aprovação do Colegiado Territorial, no qual cada prefeitura tem assento, ao lado de outras instituições públicas e organizações da sociedade civil, que também poderão aderir ao financiamento para custeio.



*Núcleo Dirigente do  
Território da Cidadania do Cariri*

**UFCA** UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CARIRI | **OPPTE**

*Núcleo de Extensão em Desenvolvimento  
Territorial | NEDET (MDA/CNPq/UFCA)*

 **GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
Secretaria de Desenvolvimento Agrário

*Coordenadoria de Desenvolvimento  
Territorial e Combate à Pobreza Rural*